

Relatório Final do Projeto PIBIC 2012-13:

Percepção de Analistas do Mercado de Capitais sobre os Impactos da Implantação do IFRS no Brasil

Trabalho apresentado à Escola de
Administração de Empresas de São Paulo da
Fundação Getulio Vargas

Campo de conhecimento:
Contabilidade e Finanças

Pesquisador:
Maurício Wainszok

Orientador:
Profa. Dra. Edilene Santana Santos – CFC

São Paulo, 2013.

Sumário

1. Introdução	3
2. Referencial Teórico.....	7
2.1. O processo regulatório da convergência mundial às IFRS fora do Brasil.....	7
2.2. O processo regulatório da convergência mundial às IFRS no Brasil	8
2.3. Benefícios verificados pelo IFRS	9
2.4. Fatores ambientais e dificuldades verificadas pelo IFRS	10
2.5. Papel dos profissionais responsáveis pela análise das demonstrações financeiras no contexto do IFRS	13
2.6. Pesquisas anteriores sobre os impactos do IFRS.....	14
2.7. Quadro-resumo de pesquisas recentes sobre a adoção do IFRS.....	16
3. Metodologia, Procedimento de Pesquisa, Análise e Interpretação de Dados	18
3.1. Definições metodológicas.....	18
3.2. Estruturação do Questionário.....	19
3.3. Procedimentos de pesquisa.....	21
3.4. Tratamento dos dados coletados.....	22
4. Resultados da Pesquisa	22
4.1. Caracterização do Respondente e da Empresa.....	23
4.2. Comunicação com as Empresas.....	27
4.3. Impactos do IFRS nos Relatórios Financeiros.....	29
4.4. Custos e Benefícios do IFRS.....	34
4.4. Qualidade da Implantação do IFRS.....	40
5. Considerações finais	44
6. Referências Bibliográficas	46
7. Apêndice	52

1. Introdução

Em meio à necessidade de um aumento na transparência e na consistência das informações para análises de investimentos e realização de parcerias e operações no mercado global, tornou-se vital que as organizações corporativas adotassem um padrão único de contabilidade a fim de facilitar o acesso de usuários da informação às diversas economias mundiais.

Com o propósito de solucionar a heterogeneidade das normas existentes, em 2005 iniciou-se na Comunidade Europeia a convergência contábil para o *International Financial Reporting Standard* (IFRS), um conjunto de regras internacionais publicadas e revisadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e cuja relevância foi ressaltada na declaração de Hoogendoorn na conferência de abertura do primeiro congresso da *European Accounting Association* (EAA) após a implementação do IFRS na Europa: “*I consider the adoption of IFRS in Europe as the most revolutionary financial reporting development since Pacioli’s double-entry bookkeeping*” (HOOGENDOORN, 2006, p. 23).

Com o objetivo de internacionalizar as regras da contabilidade e, dessa forma, permitir a comparação das demonstrações financeiras de diferentes países e favorecer as relações econômicas internacionais, o padrão IFRS possibilita que distintas culturas organizacionais – como a ibero-latina, caracterizada pelo seu caráter conservador, e a anglo-americana, baseada no conceito de “valor justo”, obedeçam a um padrão único contábil. Esta harmonização teve como objetivo facilitar a interpretação de relatórios financeiros oriundos dos atuais 81 países signatários do IFRS, na medida em que deixam de existir múltiplas normas contábeis enraizadas com seus sistemas próprios, desenvolvidos e utilizados durante décadas.

Para Franco (1997, p.158), “(...) o ideal seria que as normas fossem universalmente uniformizadas, em especial no caso da contabilidade, que, sendo linguagem universal de negócios e atividades econômicas, precisa ser entendida por todos aqueles que se utilizam de suas informações como usuários”. Como vantagem, empresas cujas demonstrações estejam de acordo com o padrão contábil internacional garantem uma maior inserção na economia global do século XXI “ao fornecerem informações financeiras cada vez mais inteligíveis, transparentes, confiáveis e comparáveis (...)” (DIAS, 2009).

Em razão da crescente competitividade no mercado global por captações de recursos internacionais, tornou-se imprescindível que empresas de economias emergentes, tal como a brasileira, recorressem à harmonização contábil internacional de modo a obter a confiança do capital estrangeiro, como citam Schroeder et al. (2001, p. 175): *“If investors and creditors cannot obtain understandable financial information about companies that operate in foreign countries, they are not likely to invest in or lend money to these companies”*.

Neves et al. (2012) reforçam os esforços orientados na convergência ao estimar que os investidores estarão mais propensos a investir em países que utilizam as normas internacionais, haja vista que estas normas proporcionam mais qualidade na evidenciação da informação contábil.

No Brasil, o processo de harmonização para o IFRS iniciou-se em dezembro de 2007 com a sanção da Lei 11.638/07, que determina que todas as sociedades anônimas e demais empresas de grande porte devem apresentar seus demonstrativos financeiros de acordo com o padrão internacional de contabilidade. Porém, a fim de facilitar a adoção dessas novas normas, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em convênio com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – órgão responsável pelo acompanhamento e edição dos padrões internacionais, bem como pela adaptação à realidade brasileira – dividiu a adoção do IFRS em duas fases. Na primeira, realizada em 2008, foram emitidas 14 normas e 2 orientações a serem cumpridas na divulgação do exercício de 2008; enquanto que as demais normas tornaram-se válidas a partir do exercício de 2010, ano em que se inaugurou o *full IFRS* no Brasil.

Para compreender a percepção dos usuários da informação contábil sobre a implementação do IFRS no Brasil, é relevante considerar que a natureza contábil brasileira sempre foi, em suma, voltada a fins fiscais, e não aos interesses dos investidores. Assim, a convergência para o padrão internacional tem criado uma nova aceção de mercado para os analistas financeiros, visto que a utilização das demonstrações contábeis para a tomada de decisão do investidor assumirá um padrão fundamentado em uma visão contrária, caracterizada pela primazia da essência sobre a forma e por uma melhor expressão da realidade econômica da empresa.

Segundo Souza (2009), o desafio dos investidores é conceder uma atenção muito maior às demonstrações, necessária para a compreensão das escolhas feitas pela administração das companhias e dos efeitos que elas geram sobre seus resultados e seu

patrimônio. Por essa razão, a adoção do IFRS requer atualização, conhecimento e mudanças comportamentais na compreensão dos novos princípios.

Além disso, tais transformações não só trouxeram impactos aos investidores, como também a outros agentes envolvidos na elaboração ou verificação dos relatórios financeiros. Nesse sentido, é coerente observar a formação de uma nova visão cultural do mercado de ações, bem como das empresas a respeito de sua própria contabilidade, uma vez que “não se trata de tarefa simples mudar a maneira como pensam auditores, contadores e acadêmicos para que adotem o "subjativismo responsável"” (IUDÍCIBUS apud NIERO, 2008).

Diferentemente da Europa, em que a adoção inicial do IFRS limitava-se apenas às demonstrações consolidadas de capital aberto, no Brasil o processo de convergência foi, de modo particular, mais acelerado, uma vez que a Lei determinou que tanto as demonstrações consolidadas, como as individuais, emitidas pela empresa controladora, estariam em conformidade com o padrão único contábil.

Desta forma, em um ambiente de transição entre sistemas normativos distintos, são levantadas questões a respeito do futuro da contabilidade brasileira, como: os novos critérios de padronização contábil alterarão as práticas tradicionais das empresas nacionais a ponto de elevar a qualidade dos relatórios em um grau perceptível pelos analistas e investidores, possibilitando, portanto a conquista dos benefícios econômicos esperados pela convergência?

Assim, este trabalho tem como objetivo identificar até que ponto a convergência para o IFRS tem, na percepção dos analistas e investidores, enriquecido a qualidade das informações reportadas pelos demonstrativos financeiros. Portanto, a implementação dos relatórios financeiros e os possíveis benefícios decorrentes da padronização contábil não estão condicionados apenas à adoção da norma em si, mas também à qualidade com que são implementados. Ball (2006) expressa:

“... a deep concern that the differences in financial reporting quality that are inevitable among countries have been pushed down to the level of implementation, and now will be concealed by a veneer of uniformity. The notion that uniform standards alone will produce uniform financial reporting seems naïve, if only because it ignores deep-rooted political and economic factors that influence the incentives of financial statements preparers and that inevitably shape actual financial reporting practice. (BALL, 2006, p. 5-6).”

Vários estudos sobre os impactos da adoção do IFRS ao redor do mundo têm observado uma elevada heterogeneidade na qualidade de sua implantação, e verificado

que a obtenção dos benefícios econômicos esperados com sua implantação está condicionada ao grau de *enforcement* institucional de cada país. (BALL, 2006; CHRISTESEN et al., 2007; HAIL e LEUZ, 2007; DASKE et al., 2007; id., 2008; KINSEY et al., 2008; ARMSTRONG et al., 2010; entre outros).

De acordo com Neves et al. (2012), um grande desafio na implantação das normas internacionais no Brasil tem sido a falta de conhecimento e de compreensão dos princípios usados pelo IFRS para fornecer confiabilidade e comparabilidade às informações financeiras colocadas à disposição dos usuários.

Assim, neste contexto de profundas transformações culturais na contabilidade brasileira, a realização de uma investigação voltada à melhoria na qualidade dos relatórios publicados reúne esforços para a compreensão das percepções dos agentes envolvidos com a implementação das novas normas contábeis.

Portanto, o projeto “Percepção dos Analistas do Mercado Financeiro sobre os Impactos da Implantação do IFRS no Brasil” tem como objetivo pesquisar e examinar o processo de adaptação dos principais agentes que atuam na análise e/ou investimento dos relatórios financeiros das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) após a convergência total do *International Financial Reporting Standard* (IFRS) no Brasil.

Do ponto de vista metodológico, uma pesquisa será realizada a partir da aplicação de questionários direcionados aos profissionais que atuam na análise dos relatórios (analistas do mercado de capitais e membros do conselho da administração de empresas de capital aberto), cuja finalidade será compreender como os investidores e conselheiros envolvidos na adoção do novo padrão contábil têm percebido não apenas a qualidade do IFRS em si, como também a qualidade de sua execução no Brasil. Dessa forma, a presente pesquisa se propõe a investigar e analisar suas percepções e entendimentos sobre a qualidade do padrão IFRS em si, sobre a qualidade de sua implantação no Brasil, bem como sobre as dificuldades e benefícios de sua adoção.

A análise dos resultados será base para o projeto “Percepção de Profissionais do Mercado sobre os Impactos da Implantação do IFRS no Brasil”, em que serão comparadas as análises das percepções dos profissionais que trabalham com os relatórios financeiros sob a ótica das empresas, ou seja, que atuam na elaboração, verificação e divulgação (contadores, auditores e relação com os investidores, respectivamente) das demonstrações financeiras; e os profissionais que trabalham na

análise dos relatórios contábeis, sob a ótica do investidor (analistas financeiros) e dos membros do conselho de administração.

2. Referencial Teórico

2.1. O processo regulatório da convergência mundial às IFRS fora do Brasil

Para que as IFRS fossem desenvolvidas e melhor aplicadas a cada país, foi necessária a criação de órgãos independentes dispostos a desenvolver as normas internacionais de contabilidade, bem como promover a sua aplicação e adoção aos países incluídos. Assim, é importante ressaltar que o processo regulatório da convergência mundial às IFRS necessitou de sustentação, seja na discussão entre os diversos representantes dos países envolvidos, como também na constituição de órgãos multilaterais responsáveis pela centralização das decisões relativas à harmonização das normas internacionais.

Nesse contexto, o *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão privado e incumbido de emitir as IFRS, assumiu fundamental destaque na busca de atender às exigências desta profunda transformação. Com a finalidade de desenvolver um conjunto único de rigorosas normas contabilísticas internacionais capazes de fornecer informações eficientes na transparência e comparação, foi institucionalizado em 2001 ao suceder o *International Accounting Standards Committee* (IASC), que desde 1973, reunia líderes da classe contábil de países como Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Irlanda, Japão, México e Reino Unido.

No entanto, é importante destacar que a imposição das normas do IFRS não compreenderam, até o presente momento, as empresas norte-americanas. Por essa razão, assim como o IASB desempenha a função de emitir as regulações contábeis no contexto internacional, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), nos Estados Unidos, cumpre tarefas equivalentes ao centralizar a emissão das normas de contabilidade e garantir que as organizações estadunidenses utilizem o padrão US GAAP. Contudo, tais contrastes observados entre a regulação contábil norte-americana e internacional não são indicadores de incompatibilidade de normas, à medida que o FASB e o IASB firmaram uma parceria no ano de 2002, a fim de estabelecer um padrão de normas internacionais contábeis comuns (SOUZA, 2009).

2.2. O processo regulatório de convergência mundial às IFRS no Brasil

Diante da internacionalização dos negócios e da formação de uma aldeia global organizada e concentrada na expansão dos mercados, tornou-se perceptível um aumento da demanda por informações de natureza contábil com conteúdo claro e de fácil compreensão por seu usuário.

Segundo Pohlmann (1995, p. 13), a harmonização das normas contábeis pode ser entendida como um processo não apenas necessário, mas natural. Em economias emergentes, como a brasileira, os aparentes ganhos com a maior comparabilidade e a atração de investimentos ao país estimularam os esforços para a sanção da Lei 11.638/07, que representou uma significativa mudança nos padrões da contabilidade brasileira e um passo importante para a harmonização das normas internacionais de direito.

A harmonização de fato, no entanto, ocorreu apenas em 2010, ano a partir do qual a utilização das normas pelas sociedades abertas e sociedades de grande porte¹ tornou-se obrigatória no país (NEVES et al, 2012, p. 3). É significativo evidenciar que o termo “harmonização”, o qual é muitas vezes confundido com “padronização” das normas contábeis, refere-se à manutenção das características inerentes a cada país, somada à reconciliação dessas características com os demais sistemas contábeis, a fim de que a troca de informações entre os países seja aprimorada. Na padronização essa flexibilização não ocorre, visto que nela há apenas uma uniformização de critérios. (NIYAMA, 2009, p. 38).

Assim como em outros o países usuários das normas internacionais, o processo de convergência no Brasil se deu após a associação ao IASB por meio da representação do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (IBRACON) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). No entanto, a função de traduzir e adaptar as normas internacionais emitidas pelo IASB no país cabe ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão de direito privado que reúne representantes de diferentes entidades², bem como a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Secretaria da

¹ Para fins exclusivos da Lei 11.638/07, considera-se de grande porte a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

² Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto (ABRASCA), Associação dos Profissionais e Investidores do Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis (FISCAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Receita Federal (SRF), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central, os quais participam do órgão como convidados.

Ao investigarem a contribuição dos órgãos independentes em países onde a normatização quase não envolvia a participação de profissionais contábeis e usuários da informação, como no Brasil, Martins, Martins e Martins (2007) reconhecem a importância do CPC ao facilitar o debate entre os usuários envolvidos no processo de regulamentação contábil e assim, contribuir para uma melhor adequação dessas normas às demandas exigidas pela cultura legal do país.

2.3. Benefícios verificados pelo IFRS

O esforço para que a implantação de um conjunto único de normas contábeis pudesse ser efetivado em âmbito mundial se deve, sobretudo, pelo significativo crescimento do mercado de capitais no contexto global. Os ganhos com a maior comparabilidade e facilidade das operações internacionais diante dos mais de 120 países que permitem ou adotam, nos dias de hoje, o padrão IFRS (IFRS, 2012) seriam os resultados de uma melhor comunicação com os diversos públicos interessados na informação contábil.

Gill (2007), ao reportar o pensamento de Christopher Cox, presidente da *Securities and Exchange Commission* (SEC) – órgão responsável pela regulação do mercado de ações dos Estados Unidos – acredita que a adoção do IFRS poderia aumentar a confiança dos investidores ao possibilitar melhores conclusões, simplificando processos e reduzindo custos para os emissores de títulos.

Alguns estudos anteriores, relacionados à utilização das informações com o IFRS, demonstraram considerável otimismo. Apostolos, Despina e Christos (2010), ao analisarem os impactos das IFRS em mercados emergentes – como a Grécia, verificaram que a adoção das normas padronizadas elevou a confiabilidade do investidor à medida que as demonstrações financeiras se tornaram mais claras e passíveis de comparação.

No entanto, o bem sucedido status de “transparência” no qual as novas normas conquistaram, serviu de estratégia para que empresas utilizassem apenas a “marca” IFRS, ao invés de um maior comprometimento com a transparência. De acordo com Daske *et al.* (2007), tais artifícios verificados em algumas empresas permitiram a distinção entre *‘label’ adopters* e *‘serious’ adopters* do IFRS. Segundo os resultados

dos estudos, os benefícios econômicos de aumento na liquidez do mercado e queda no custo de capital só foram observados nos *'serious' adopters*.

Além disso, a literatura especializada confia na superioridade da qualidade das normas IFRS (qualidade de *jure*), à medida que estas expressam a realidade das empresas de maneira mais verossímil, sobretudo se comparada aos padrões contábeis com forte ênfase no fisco, como no Brasil.

No Brasil, os ganhos com o IFRS já podem ser verificados em pesquisas e debates entre os agentes envolvidos no atual cenário de mudanças contábeis. Durante o seminário “Desafios e Perspectivas para a Consolidação do IFRS no Brasil” apresentado pela Doutora Edilene Santana Santos em dezembro de 2012 na Fundação Getulio Vargas, Daniella Guanabara, analista do banco Brasil Plural, destacou que a implantação das novas normas contábeis no país trouxe uma maior transparência e consistência das informações divulgadas, principalmente no setor de papel e celulose. Além disso, ressaltou a importância de discutir a primazia da essência sobre a forma.

2.4. Fatores ambientais e dificuldades verificadas pelo IFRS

Para que as expectativas criadas em torno das mudanças normativas da contabilidade internacional dos últimos anos sejam, de fato, cumpridas, é relevante levantar as dificuldades observadas na implantação destas novas práticas a fim de que os benefícios gerados pelo IFRS superem os custos de sua adoção.

Em vista disso, diversos pesquisadores iniciaram um prolongado estudo acerca dos principais obstáculos enfrentados por investidores e analistas perante a convergência para as normas internacionais, bem como suas eventuais dúvidas notadas na interpretação das informações. Dentre as mais variadas bibliografias, é possível observar que uma das maiores dificuldades à adoção do IFRS é a oposição cultural relacionada às raízes históricas de cada país.

Para Martins e Lisboa (2005, p. 52), a contabilidade pode ser vista como uma ciência social, visto que suas normas são influenciadas pela cultura geral do local onde está inserida. Weffort (2005, p. 15) pondera para o fato de que, da mesma forma que as nações possuem diferentes histórias, valores e sistemas políticos, elas também têm diferentes padrões de desenvolvimento da contabilidade financeira e, por isso, é de suma importância que o sistema contábil seja analisado no contexto do ambiente no qual opera. Nobes (1998) acredita ser improvável que as práticas e padrões adotados sejam os mesmos em cada país, visto que a interação de fatores econômicos, históricos,

institucionais e culturais é muito forte. Neves et al. (2010), ao analisarem as mudanças na tomada de decisão de investidores do Banco de Brasil, citam que os usuários da informação estão sujeitos a vieses comportamentais ligados a fatores cognitivos fortemente ligados às emoções e valores desenvolvidos por elementos culturais particulares.

Em função da globalização do mercado de capitais, a maior disponibilidade de relatórios contábeis elaborados conforme os sistemas de contabilidade oriundos de diferentes países despertou nos últimos anos a atenção de pesquisadores e profissionais da área para o fato de que o padrão utilizado nas demonstrações financeiras de cada país é notadamente diferente, fator que dificulta a comparação de demonstrações sob diferentes normas, reduzindo, dessa forma, a possibilidade de investimento estrangeiro, visto que os riscos envolvidos em investimentos onde se desconhecem as regras são grandes (ANDRADE, 2003, p. 24).

Nesse sentido, foram identificados dois grandes modelos de sistemas contábeis, ligados às tradições culturais e à composição jurídica de cada país: (1) o *common law*, ou modelo anglo-americano, exercido pelo direito consuetudinário, onde se observa a menor mediação do Estado nas decisões de mercado. Por essa razão, é possível notar o maior espaço para o julgamento profissional, em especial o contábil, a solidez do mercado de capitais e a elaboração de demonstrações contábeis com foco nos investidores; e (2) o *code law*, ou modelo eurocontinental, é caracterizado pela prática do direito formalista no qual se testemunha a maior interferência do Estado na contabilidade com fins fiscais. Diferentemente do modelo anglo-americano, a profissão contábil é pouco reconhecida, visto que a predominância de financiamentos bancários e familiares sobre o mercado de ações e suas demonstrações contábeis são em geral voltadas para credores e fisco (GRAY, 1988; NOBES, 1998; SAUDAGARAN, 2001; DOUPNIK e TSAKUMIS, 2004; RADEBAUGH et al., 2006; NYAMA, 2005; entre outros).

Sob a ótica legal, Martins e Lisboa (2005, p. 52-54) contrastam os dois modelos ao alegar que enquanto no sistema formalista euro continental considera-se que tudo precisa estar meticulosamente acurado e bem escrito como fonte de direito, no sistema anglo-saxônico não há um esforço conjunto em aplicar a contabilidade e suas normas em Lei, e, portanto, a legislação não deve prender-se aos aspectos técnicos, uma vez que eles se alteram com o tempo e com as necessidades do dinâmico mundo corporativo.

Além disso, os autores justificam os empecilhos à rápida adaptação da convergência contábil ao citar que:

“[...] essas diferentes culturas e doutrinas, principalmente as relativas ao mundo de Direito, levaram a diferentes Contabilidades. Mas isso vem custando muito porque diferentes formas de contabilidade atravancam e encarecem os grandes movimentos migratórios de capital de hoje, com grandes investimentos na forma de empréstimos ou de inversões de capital de um país no outro.”

A partir de uma pesquisa de Hofstede (1980), que identificou valores sócio-organizacionais em clusters de países, Gray (1988) classificou os sistemas contábeis dos diversos países segundo quatro *accounting values* e, ao colocar o Brasil (juntamente com a Bélgica, França, Argentina, Espanha e Itália) em posição diametralmente oposta à do modelo contábil anglo-americano que fundamentou o padrão IFRS, ressalta a grande mudança na cultura contábil necessária para a convergência para o IFRS: será necessário migrar (1) de um elevado grau de submissão a exigências legais prescritivas e controle estatutário para um elevado grau de julgamento profissional, independência e *self-regulation* da profissão contábil; (2) de um elevado grau de uniformidade na prática entre as empresas para uma maior flexibilidade em relação a circunstâncias específicas de empresas individuais; (3) de um elevado grau de conservadorismo na mensuração, com ênfase fiscal, para uma abordagem mais *laissez-faire*, voltada para o investidor; e (4) de uma visão de confidencialidade e informação restrita aos diretamente envolvidos na gestão e financiamento para uma maior transparência, abertura e disponibilidade pública das informações.

Além disso, a elevada heterogeneidade na qualidade da adoção do IFRS nos diferentes países estudados, fortemente relacionado com o grau de *enforcement* institucional de cada país, revela que o processo de convergência contábil pode ser complexo e de longo prazo. Armstrong et al. (2010), por exemplo, ao estudar a implantação obrigatória do IFRS ao redor do mundo, encontraram uma reação incremental negativa do mercado na adoção do IFRS para as empresas domiciliadas em países *code law*, consistente com o receio dos investidores em relação ao nível *enforcement* do IFRS nesses países.

Portanto, uma série de ajustes às novas exigências fomentou e ainda causarão profundas transformações nas organizações do mundo corporativo, principalmente àquelas vinculados à cultura formalista. No Brasil, a natureza profunda desta

transformação cultural exigida pela implantação do IFRS fará “reinventar a profissão” (CARVALHO *apud* NIERO, 2008), à medida que “afeta diretamente os pronunciamentos emitidos pelas entidades que normatizam, regulam e utilizam-se da contabilidade no país (...) e requer conhecimento e atualização por parte dos auditores, contadores e demais profissionais da área” (CARVALHO et al., 2012). Souza (2009), ao analisar as dificuldades verificadas pela adoção do IFRS, se atenta para o fato de que o processo de convergência contábil no Brasil pode provocar uma limitação conceitual observada no entendimento, na aceitação e na aplicação das normas internacionais de contabilidade, visto que as normas tradicionais de se analisar a contabilidade brasileira nunca obedeceram ao princípio da primazia da essência econômica sobre a forma jurídica estruturada por regras bem definidas.

2.5. O papel dos profissionais responsáveis pela análise das demonstrações financeiras no contexto do IFRS

No tocante ao impacto das mudanças exigidas pelo mundo organizacional, torna-se relevante debater as perspectivas da convergência contábil para os próximos anos, além de discutir os principais desafios a serem confrontados pelos agentes interessados na informação contida nos relatórios financeiros. Para que se entenda o impacto do IFRS sobre os usuários da informação, é necessário verificar se, diante de uma importante tomada de decisão sobre novos investimentos, os investidores analisam de fato as demonstrações financeiras publicadas pelas empresas abertas. Por essa razão, um dos papéis a serem enfrentados pelos profissionais responsáveis pela análise das empresas é o de conceder uma atenção muito maior às demonstrações, como cita Souza (2009). A importância para a tomada de decisão também é ressaltada por Saravanamuthu (2004) ao afirmar que as normas contábeis foram a base da prestação de contas das empresas para a sociedade.

Diante da recorrente dificuldade de interpretar as notas explicativas, Daniella Guanabara destaca a tradicional falta de questionamentos nos quais analistas e investidores se omitem em função da complexidade das informações. Em meio à transição para o IFRS, torna-se fundamental que estes questionamentos sejam levantados a fim de que se desenvolva uma interpretação coerente e atualizada às novas normas contábeis.

2.6. Pesquisas anteriores sobre os impactos da adoção do IFRS

Diante deste cenário caracterizado por profundas mudanças no aspecto cultural da contabilidade, Silva *et al.* (2010) destaca a quantidade de estudos voltadas aos aspectos normativos e macroeconômicos em detrimento das percepções observadas pelos diversos setores econômicos envolvidos na adoção.

No entanto, algumas pesquisas voltadas à experiência dos agentes econômicos na implantação do IFRS foram desenvolvidas a fim de que se identifiquem e analisem não só as posturas e motivações dos profissionais envolvidos na análise das demonstrações contábeis, como também de contadores e auditores. Dentre os autores, oriundos de vários países, podem ser citados: na Alemanha (WEIBENBERGER *et al.*, 2004); na Finlândia (LANTTO, 2007; PAJUNEN, 2010; PAJUNEN e SAASTAMOINEN, 2012); nos países nórdicos (AISBITT, 2008); na Grécia (NAOUN *et al.*, 2011); na Índia (ROHINI, 2011); na Austrália (JONES e HIGGINS, 2006); na Inglaterra (FEARNLY e HINES, 2007; BEATTIE *et al.*, 2008); nos Estados Unidos (DANIEL *et al.*, 2010; DJATEJ *et al.*, 2012); e simultaneamente em vários países da Europa (JERMAKOWICZ e TOMASZEWSKI, 2006; COLE *et al.*, 2009).

Com a finalidade de propiciar uma análise geral do primeiro ano da aplicação do IFRS na União Europeia, bem como fornecer informações sobre o impacto da adoção do conceito de valor justo nos países que a compõe, a Comissão Europeia delegou, em 2007, um amplo estudo ao *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* (ICAEW), que realizou uma pesquisa online direcionada aos profissionais envolvidos na preparação, verificação e análise dos relatórios contábeis. Os resultados observados pela pesquisa indicaram contrastes, à medida que a introdução do IFRS facilitou a comparação entre demonstrações financeiras apesar de dificultar a compreensão dos relatórios contábeis por seus usuários durante a transição. Além das análises conjuntas sobre as percepções das categorias de profissionais estudadas, realizou-se uma análise individual sobre a percepção dos investidores, bem como um prognóstico para o futuro do IFRS diante dos usuários da informação.

Yokoi (2008, p. 34-38) expõe as preocupações do processo de convergência contábil ao ilustrar o risco de experimentar uma série de dialetos formados a partir de processos individuais de adaptação. Enquanto a migração para o IFRS não se encerra, a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO) teme que as incorretas aplicações, em um cenário de expectativas, levem investidores a supor que todos os

relatórios de empresas possam ser comparáveis – enquanto que, na prática, essa ainda não é a realidade.

Contudo, em muitos estudos internacionais, é possível notar que os resultados obtidos têm sido satisfatórios. Uma pesquisa encomendada da PricewaterhouseCoopers (2006), realizada em sete países europeus em conjunto com administradores dos fundos de investimento, revelou que o nível de confiança quanto às habilidades dos gestores das empresas para implementar as IFRS foi visto com eficácia. Já Daske *et al.* (2008), ao estudarem as consequências da divulgação pelas empresas signatárias ao IFRS, averiguaram que de um modo geral a liquidez do mercado aumenta com a introdução das normas internacionais.

Como citado anteriormente, Apostolos, Despina e Christos (2010) constaram a confiabilidade das informações refletidas nas demonstrações financeiras após a adoção do IFRS em países deficitários da Europa.

No Brasil, embora algumas pesquisas já tenham estudado a percepção dos usuários da informação sobre o processo de convergência, não foram encontradas pesquisas que o tenham feito na extensão e abrangência do proposto neste projeto, como se detalhará.

Souza (2009) constatou que o IFRS beneficia os países que carecem de recursos para operações globais e financiamentos de atividades econômicas. Além disso, identificou as principais barreiras à convergência: “(a) a influência da legislação fiscal; (b) a transição de um sistema baseado em regras para outro baseado em princípios e, portanto, mais subjetivo; e (c) a qualificação da mão de obra” (SOUZA, 2009, p.6).

Carvalho (2009) destacou os ganhos com a redução dos custos de captação das empresas obrigadas a seguir o IFRS, à medida que credores e acionistas reduziriam seus riscos diante de informações mais transparentes.

Alguns estudos analisaram a percepção de docentes de contabilidade, como Fernandes *et al.* (2010) e Almeida *et al.* (2011), que analisaram a percepção geral da convergência, incluindo dificuldades, custos e benefícios, e Melo *et al.* (2011), que analisaram a percepção especificamente sobre a aplicação do conceito de valor justo.

A importância na implementação do IFRS também pode ser observada na relação entre a gestão da empresa e os investidores. Segundo Freedman e Stagliano (2002), a divulgação das informações é fundamental para a redução da assimetria informacional entre ambos os agentes.

Shefrin (2000), em seus estudos relacionados à Teoria Financeira, procurou analisar até que ponto as informações estruturadas influenciam na tomada de decisão dos investidores.

Nesse sentido, Neves *et al.* (2012) afirmaram que o principal agente motivador para a adoção do IFRS foi a expectativa para o crescimento dos investimentos, à medida que as normas internacionais proporcionam uma maior qualidade na informação contábil. Por esse motivo, os autores realizaram uma pesquisa que buscou identificar a percepção de 64 acionistas com investimentos no Banco do Brasil com o intuito de analisar os efeitos produzidos no processo decisório de investidores do Recife, Pernambuco, após a adoção do IFRS nos relatórios financeiros. A investigação concluiu que as alterações nas demonstrações financeiras que ocorreram após a convergência ao IFRS não provocaram alterações significativas no processo decisório dos investidores. Dessa forma, de acordo com os entrevistados, a convergência contábil assume maior importância para os contadores, ou seja, para os usuários internos, do que para os usuários externos. Entretanto, é importante salientar que na amostra da pesquisa, apenas 14,8% dos investidores utilizavam os relatórios contábeis como informação para investir no mercado, ao passo que a grande maioria, 48,1%, decidia realizar o investimento utilizando como base apenas a cotação das ações. Esse fato é também ressaltado pelos próprios autores do estudo na apresentação de suas conclusões.

O presente projeto, diferentemente do que fizeram Neves *et al.* (2012) e outros estudos, propõe-se a distinguir os diferentes tipos de investidores – de curto ou de longo prazo – a fim de que se possa analisar, principalmente, a percepção daqueles que de fato se utilizam das informações contidas nos relatórios contábeis conforme as IFRS para realizar seus investimentos.

2.7. Quadro-resumo de pesquisas recentes sobre a adoção do IFRS

Na Tabela 1 a seguir, são apresentados alguns estudos focados no processo de harmonização contábil no Brasil ou em outros países, realizados nos últimos anos. A partir dos objetivos especificados e dos resultados observados, foi possível integrar os aspectos relevantes da literatura com as análises de pesquisa em questão. Em processo final de consolidação nas empresas brasileiras, o projeto se diferencia da literatura especializada ao abordar a percepção dos usuários da informação contábil – analistas e membros do conselho da administração sob uma perspectiva mais ampla, à medida que

irá considerar os impactos do IFRS sobre a norma em si, sobre a qualidade da implantação e se os benefícios superaram os custos.

Tabela 1: Pesquisas recentes sobre a harmonização contábil.

Estudo	Objetivo	Conclusão
ICAEW (2007)	Os estudos analisam o primeiro ano da aplicação do IFRS na União Europeia, bem como a adoção do conceito de valor de justo.	Os resultados apresentaram contrastes, visto que as demonstrações contábeis se tornaram mais fáceis de comparação, apesar de revelar dificuldades na compreensão dos relatórios durante a transição.
SOUZA (2009)	O autor analisa as principais barreiras para a implantação do IFRS no Brasil segundo a percepção de profissionais da área contábil.	As dificuldades mais significativas se baseiam em três fatores: (i) influência da legislação fiscal; (ii) maior subjetivismo contábil; e (iii) qualificação da mão de obra.
SILVA et al. (2010)	Os pesquisadores investigam a percepção de profissionais da contabilidade sobre as dificuldades da adoção do IFRS e seus impactos no patrimônio e resultado de companhias brasileiras de saneamento.	A adoção do IFRS provocará impactos no balanço e no resultado das empresas do setor, além da diferença na percepção de profissionais que trabalham em companhias de capital aberto e fechado.
ARMSTRONG et al. (2010)	Os autores estudam a relação entre a adoção do IFRS e a relação do mercado de capitais na Europa.	A reação do mercado é negativa em países <i>code law</i> , onde o direito formalista se faz prevalecer.
GRECO et al. (2011)	O trabalho procurou identificar as principais dificuldades observadas pelos profissionais de finanças diante das novas práticas contábeis.	Os resultados apontaram que os principais obstáculos se referem ao reconhecimento, mensuração e divulgação do ativo imobilizado, bem como falta de profissionais qualificados e de suporte de TI.
BENETTI (2011)	A autora busca determinar como os agentes contábeis veem o papel da informação contábil, sobretudo diante do IFRS.	Os resultados sugerem que as atividades de analistas, auditores e CFOs produz menos interferência em seu comportamento do que o país em que eles trabalham.
NEVES et al. (2012)	O estudo analisou até que ponto as demonstrações contábeis, diante da adoção do IFRS, provocaram alterações no processo decisório de investidores.	As mudanças nas demonstrações contábeis não causaram mudanças significativas no poder de decisão de analistas.

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

3. Metodologia, questionário e procedimentos de pesquisa

3.1. Definições Metodológicas

Definido e fundamentado o problema, a seguinte etapa objetiva explorar quais os métodos mais aplicáveis para a resolução do presente projeto. A metodologia define onde e como será efetuada a investigação, além de averiguar que tipos e técnicas de pesquisa estarão mais inteligíveis ao problema de pesquisa. (BOAVENTURA, 2003, p. 55). Para Barros e Lehfeld (1986), a metodologia não procura soluções, mas escolhe as maneiras de encontrá-las.

Assim, com o intuito de identificar a percepção dos analistas do mercado financeiro em empresas listadas na BM&F Bovespa sobre a qualidade do IFRS em si, sobre a qualidade de sua implementação no Brasil, bem como sobre os benefícios e desafios de sua adoção, a presente pesquisa adotará uma metodologia de natureza exploratória e descritiva.

Segundo Gil (2002, p. 42-57), a abordagem exploratória visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, e por essa razão, o projeto em questão buscará ambientar e criar uma perspectiva mais sólida acerca da visão de investidores, analistas e conselheiros de companhia sobre os efeitos impactados pela convergência contábil.

Malhotra (2012), ao abordar a estruturação de uma concepção de pesquisa, expõe que o objetivo da pesquisa exploratória é “oferecer discernimento e compreensão” dos pesquisadores envolvidos. Ademais, a metodologia de pesquisa também pode ser definida por sua natureza descritiva, na medida em que a busca por resultados identificará as características de determinada população (BOAVENTURA, 2003, p. 57).

Sendo assim, como procedimento metodológico, foram realizadas as seguintes etapas: (1) a fundamentação teórica sobre a harmonização das normas contábeis com o padrão internacional e as possíveis impressões causadas pelo IFRS no mercado de capitais através de uma revisão da literatura; (2) a estruturação de questionário (a ser apresentado no apêndice deste relatório) e a realização de entrevistas com os profissionais do mercado de capitais; e (3) a análise e interpretação dos resultados observados durante o método investigativo.

3.2. Estruturação do Questionário

Para que as respostas à questão da pesquisa sejam efetivadas com sucesso, foi elaborado um questionário semiestruturado com base no aplicado pelo ICAEW, adaptado aos fatores intrínsecos do ambiente local. Assim, optou-se por utilizar como base um estudo similar, realizado na União Europeia em 2007 – período de transição às novas normas do IFRS no continente, tal qual o Brasil se encontra atualmente –, e que investigou a percepção dos principais agentes econômicos envolvidos no processo de harmonização contábil. As entrevistas foram encomendadas ao *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* (ICAEW) a pedido da Comissão Europeia, cujos objetivos e principais resultados encontram-se registrados no referencial teórico.

Com o objetivo de isentar os questionários de erros estruturais, realizaram-se dois pré-testes auxiliados por um analista da informação contábil e um membro do conselho da administração a fim de que se pudessem adequar as perguntas à realidade do sistema contábil brasileiro. “Como regra geral um questionário não deve ser utilizado na pesquisa de campo sem um pré-teste adequado” (MALHOTRA, 2012).

Estruturados os questionários da pesquisa – um deles focado para os analistas e outro para os conselheiros, utilizou-se o sistema SurveyMonkey como ferramenta de questionário on-line a fim de atingir uma amostra de respondentes sem restrições geográficas e de disponibilidade de tempo, além de permitir uma enumeração mais organizada e coerente das questões elaboradas. Posteriormente, o software também pôde coletar e analisar os resultados através da geração de gráficos e dados relativos.

É importante ressaltar que a implantação do questionário on-line foi realizada em conjunto com um projeto paralelo, realizado pela pesquisadora Renata Adachi, que investiga a percepção de contadores e auditores diante dos impactos do IFRS no Brasil. Por essa razão, o questionário foi estruturado por “páginas” que abordavam diferentes tópicos para diferentes agentes. De um modo geral, os questionários focados na percepção de analistas e conselheiros foram subdivididos, cada um, em sete páginas que levantaram as seguintes questões:

- 1) Apresentação do respondente: procura identificar a função do entrevistado à frente do IFRS ao questionar o tipo de empresa e a sua atividade exercida.
- 2) Caracterização do respondente: itens necessários para caracterizar o entrevistado e melhorar a análise dos resultados, como: cargo, grau de conhecimento do respondente, tempo de experiência com o IFRS e se seu trabalho envolve negócios próprios ou em firmas;

- 3) Percepção da comunicação com as empresas: examinar, em linhas gerais, se a adoção do IFRS aumentou a intensidade de diálogo entre as empresas e os analistas do mercado de capital, bem como se houve um esforço, por parte das companhias, de realizar encontros com conselheiros e investidores a fim de explicitar as implicações da transição para o padrão contábil internacional;
- 4) Percepção sobre os impactos da convergência para o IFRS nos relatórios financeiros das empresas: avaliação sobre o impacto geral dos resultados, sobre o impacto de normas específicas nos relatórios e indicadores, etc.;
- 5) Percepção sobre os custos e benefícios econômicos da convergência para o IFRS: mudanças relacionadas a aspectos como: comparabilidade entre empresas e setores e internacionalmente, eficiência do mercado de capitais, redução do custo de capital, aumento de liquidez e da maquiagem contábil, etc.;
- 6) Percepção sobre a qualidade da implantação do IFRS no Brasil: avaliação da qualidade da implantação, independentemente da qualidade da norma em si, considerando fatores como: grau de evidenciação de informações requeridas nas demonstrações financeiras e notas explicativas, clareza das informações disponibilizadas nas notas explicativas, reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis, etc. Durante as considerações finais, questionou-se a exigência da competência profissional dos usuários da informação, bem como se o IFRS ensejou um maior reconhecimento.
- 7) Caracterização da empresa: foram levantadas questões sobre as organizações analisadas ou representadas pelos entrevistados, como: faixa de receita anual, tempo de adoção do *full* IFRS, setores de análise, etc.;

Em numerosas questões, foram desenvolvidas escalas de Likert de 5 pontos, do tipo itemizada, que objetivou avaliar a adoção do IFRS por meio de afirmações que exigiam uma posição mais concreta do respondente, desde ‘muito desfavorável’ a ‘muito favorável’ ou ‘muito fácil’ a ‘muito difícil’. Segundo Malhotra (2012, p. 266-267), a escala de Likert “(...) é de simples construção e dá liberdade para que os seus respondentes coloquem ali seu verdadeiro sentimento”.

Além disso, como forma de contribuir para uma maior flexibilidade nas respostas, criou-se um espaço aberto para que os respondentes pudessem, a partir de suas experiências, sugerir ideias para o aperfeiçoamento de normas e ações para aumentar a qualidade de sua implementação. A versão final do questionário está apresentada no Apêndice deste relatório.

3.3. Procedimentos da Pesquisa

Com a finalidade de obter o maior número de respostas possíveis vindas de profissionais que atuam direta ou indiretamente em empresas de capital aberto – que são provavelmente aquelas com maior potencial para obter os benefícios econômicos esperados com a convergência –, amostras não probabilísticas por conveniência foram selecionadas para a presente pesquisa.

A fim de que se compreenda a decisão de se aplicar amostras desta natureza, é relevante considerar que as limitações implícitas na amostragem por conveniência “não são representativas de qualquer população definível” (MALHOTRA, 2012), fator que dificulta na realização de inferências e generalizações sobre as populações investigadas. Contudo, segundo o autor, as amostras por conveniência “podem ser usadas para pesquisa exploratória para gerar ideias, intuições, ou hipóteses”, fato que se aplica à concepção exploratória do presente estudo. Berenson et al. (2008) citam que na amostragem não probabilística por conveniência, os indivíduos são selecionados sem que suas respectivas probabilidades de seleção sejam previamente estabelecidas e “com base somente no fato de serem fáceis, não dispendiosos ou convenientes em termos de amostragem”. Nesse sentido, em estágios exploratórios da pesquisa, é recomendável que se determine uma amostra por conveniência visto que estas fornecerão uma base para a geração de hipóteses e *insights* (CHURCHILL, 1998).

Portanto, a escolha desse tipo de amostra se deve, em grande parte, pelo fato de não haver tempo hábil para a realização da aplicação dos questionários e sua posterior análise, bem como a questões de disponibilidade de agenda e tempo por parte dos entrevistados.

Assim, a amostra do presente projeto foi composta pela quantidade de profissionais que responderam ao questionário dentro do prazo de 40 dias. A fim de localizar o universo dos respondentes, determinou-se que os entrevistados em potencial seriam: (1) analistas financeiros de bancos de investimento, 93 corretoras de ações listadas na BM&FBovespa e de associações da classe; (2) investidores de curto ou longo prazo; (3) e conselheiros das companhias com ações listadas na Bovespa ou associados ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A partir da utilização de estratégias de apoio e comunicação com associações de analistas e conselheiros, o questionário foi enviado mediante o *survey online* para todos os profissionais de interesse cujos e-mails foram identificados ou intermediados pelas corretoras verificadas em lista pelo site do BM&FBovespa. Em parceria com a Divisão

de Comunicação e Marketing (DCM) da Fundação Getulio Vargas, foi possível apresentar os objetivos do questionário à amostra pretendida através de e-mails marketing, bem como disponibilizar o link (URL) que permitia o acesso direto ao *survey*.

Ademais, a fim de assegurar e incrementar o número e qualificação dos respondentes, a aplicação do questionário aos entrevistados também foi efetuada mediante uma pesquisa de campo, realizada com alunos do Mestrado Profissional de Economia da Escola de Economia de São Paulo (EESP) da Fundação Getulio Vargas.

3.4. Tratamento dos Dados Coletados

Para que a análise descritiva pudesse ser realizada, foram feitos cálculos estatísticos de média e moda para as questões desenvolvidas em escala de Likert. Em relação ao tratamento dos dados qualitativos relativos às sugestões e recomendações estimuladas pelos entrevistados, buscou-se comparar os conteúdos mais apontados com os principais *insights* gerados durante a apuração dos dados quantitativos.

4. Resultados da Pesquisa

Diante de limitações de tempo e acessibilidade dos respondentes da pesquisa, a amostra analisada foi de 17 respostas completas – 8 de Investidores e Analistas da Informação Contábil e 9 de Membros do Conselho de Administração (13 analistas e 12 conselheiros responderam pelo menos a primeira parte do questionário, mas não chegaram a concluí-lo). Também foi possível observar que ocorreram alguns *missing values*, o que reduziu sensivelmente a avaliação de algumas variáveis. Conforme exposto anteriormente, uma das limitações da pesquisa refere-se à impossibilidade de generalizações a respeito da população pesquisada, visto que não há como garantir que os poucos informantes partilham da mesma visão que o grupo em geral.

No entanto, o projeto “Percepção de Analistas do Mercado Financeiro sobre os Impactos da Implantação do IFRS no Brasil”, sob orientação da Professora Doutora Edilene Santos, pretende dar continuidade à sua investigação até que se busquem resultados satisfatórios e relevantes para a conclusão da pesquisa.

4.1. Caracterização do Respondente e da Organização

Com o objetivo inicial de caracterizar o entrevistado e identificar a sua familiaridade com a harmonização contábil, foram questionados assuntos específicos a cada agente estudado. No caso dos analistas da informação, perguntas relativas ao tempo de experiência na análise das Demonstrações Financeiras e a seu papel de importância na análise obtiveram os seguintes resultados, como apresentado na Tabela 2:

Tabela 2: Caracterização dos analistas da informação contábil.

Responsável principal pela análise das informações financeiras das empresas?		Tempo que atua na análise das Demonstrações Financeiras de empresas?	
Sim	69,2%	Menos de 3 anos	38,5%
Não	30,8%	De 3 a 5 anos	15,4%
		Mais de 5 anos	46,2%

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Em uma questão aberta, os entrevistados também puderam responder o cargo que ocupavam em suas funções profissionais, conforme Tabela 3:

Tabela 3: Distribuição de Cargos exercidos pelos entrevistados.

Analistas	Conselheiros
Contador geral	Diretor
Partner	Contador
Analista de Crédito	Conselho de Administração
Analista Sênior – Equity Research	Conselheiro
Analista Administrativo	Diretor Financeiro
Analista de Risco	Sócio administrador
Analista buy side	Assistente Contábil
Investment Advisor	Gestão administrativa e de novos negócios
Superintendente de Análise	Conselheiro Fiscal
Analista de Investimentos	Sócio
Consultor de Finanças Corporativas	Membro do Comitê de Auditoria e de Conselho de Administração
Gestor de Fundos Equities	Membro do Comitê de Auditoria

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

De um modo geral, a adoção do padrão contábil internacional foi bem aceita por investidores e conselheiros, como apresentado na Tabela 4: 58% dos membros do Conselho consideravam que a adoção do IFRS é um processo de transição ‘muito

favorável’ e apenas 8% dos analistas acreditavam que a harmonização era ‘muito desfavorável’.

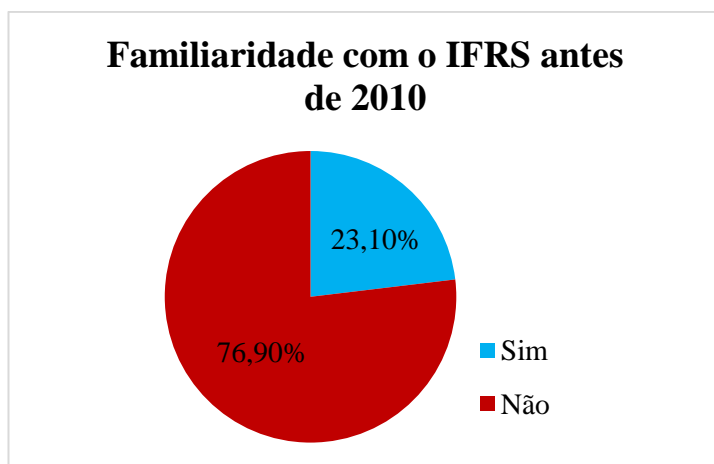
Tabela 4: “De um modo geral, qual a sua percepção sobre a adoção do padrão contábil internacional no Brasil”?

1 (muito desfavorável) ... 5 (muito favorável)							
Analistas							
1	2	3	4	5	Não sei	Média	Avaliações
1 (7,69%)	0	3 (23,08%)	3 (23,08%)	6 (46,15%)	0	4,0	13
Conselheiros							
1	2	3	4	5	Não sei	Média	Avaliações
0	0	2 (16,67%)	2 (16,67%)	7 (58,33%)	1 (8,33%)	4,45	12

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Em relação à familiaridade com o padrão contábil internacional antes da implementação do *full* IFRS no Brasil (Gráfico 1), foi possível notar que poucos analistas – apenas 23,1%, já haviam analisado e/ou investido em empresas estrangeiras antes de 2010, o que revela uma maior necessidade de desdobramento para o total entendimento das normas e implicações da transição para o padrão único contábil. Tais dados também sugerem para o fato de que antes do processo de harmonização, muitos investidores ficavam restritos ao mercado local de capitais, visto que a experiência dos entrevistados com outros sistemas contábeis se mostrou mínima.

Gráfico 1: Pergunta aos analistas – “Você já tinha analisado e/ou investido em empresas estrangeiras que adotaram o *full* IFRS antes de 2010”?



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Além disso, nesta primeira etapa do questionário, analisou-se o nível de compreensão dos efeitos da adoção do IFRS nos relatórios das companhias, bem como o grau de conhecimento dos entrevistados sobre as normas do IFRS para o desempenho excelente de suas funções (Tabela 5).

A partir dos resultados coletados, foi possível inferir que os investidores ainda enfrentam muitas dificuldades para compreender os efeitos da harmonização, à medida em que apenas 8% deles consideravam as implicações do IFRS um processo ‘fácil’ de compreensão, enquanto que 38% consideravam ‘difícil’ ou ‘muito difícil’. Souza (2009), ao discorrer sobre as principais barreiras enfrentadas pelos agentes envolvidos na introdução do IFRS, cita que fatores como a qualificação da mão de obra e a forte influência da legislação podem prejudicar o desenvolvimento de uma contabilidade internacional inserida em um sistema contábil mais conservador.

Tabela 5: “Você achou difícil compreender os efeitos da adoção do IFRS nos relatórios das empresas que você analisa”?

1 (<i>muito fácil</i>) ... 5 (<i>muito difícil</i>)							
Analistas							
1	2	3	4	5	Não sei	Média	Avaliações
0	1 (7,69%)	7 (53,85%)	4 (30,77%)	1 (7,69%)	0	3,38	13
Conselheiros							
1	2	3	4	5	Não sei	Média	Avaliações
0	1 (8,33%)	7 (58,33%)	1 (8,33%)	0	3 (25,0%)	3,00	12

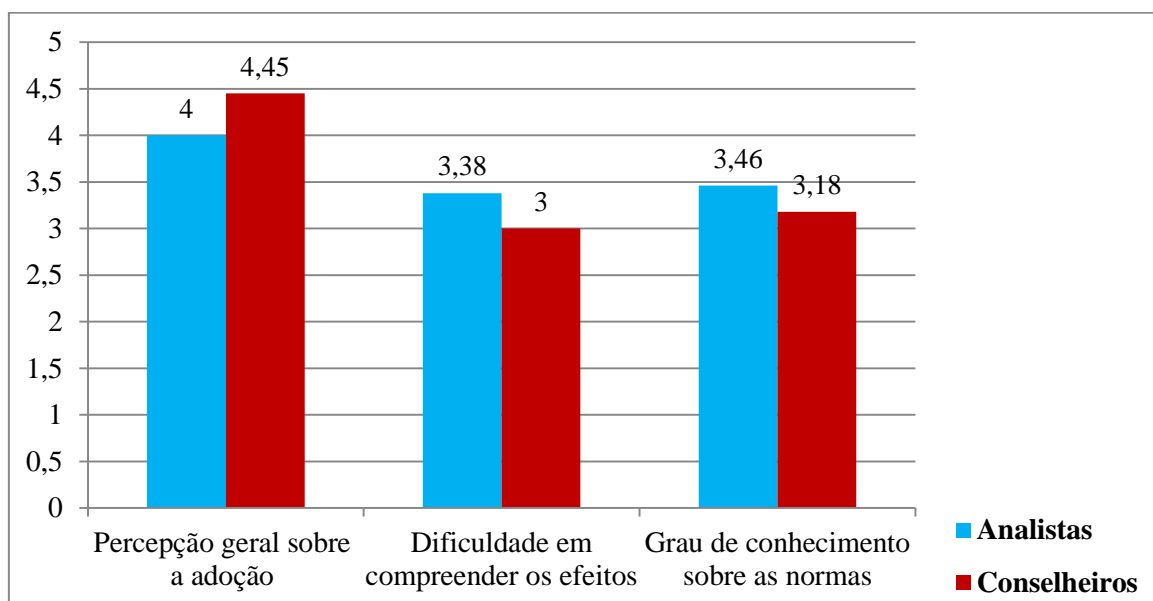
Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Sobre o grau de conhecimento das normas do IFRS para o desempenho excelente de suas funções, chama a atenção que 25% dos conselheiros consideram ‘fraco’ o seu conhecimento sobre os princípios do padrão internacional, enquanto que a proporção de membros do conselho que acreditam possuir conhecimento ‘excelente’ é de apenas 8%. Tal resultado alerta para a possibilidade de que exista alguma falta de orientação, por meio de instruções e práticas mais detalhadas, sobre as implicações deste novo ambiente contábil que se forma no Brasil.

O Gráfico 2 apresentado a seguir compara o posicionamento de analistas do mercado e membros do conselho de administração.

Gráfico 2: Escalas de Likert – Caracterização do Respondente

1 (muito desfavorável/muito fácil/muito fraco) ... 5 (muito favorável/muito difícil/excelente)



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Em relação às empresas representadas pelos conselheiros ou que frequentemente são objeto de análise e/ou investimento por parte dos analistas, os resultados indicam que o IFRS ainda é “jovem”, e se encontra em um processo de amadurecimento, visto que todos os investidores inseridos na amostra só analisam em companhias que adotaram o *full* IFRS a partir dos relatórios financeiros de 2010. Poucos analistas – apenas 12,5%, também investem e analisam em empresas listadas em bolsas internacionais, e em muitos casos, o contato com bolsas estrangeiras nunca ocorreu de fato (Tabela 7).

Tabela 7: Caracterização das empresas representadas pelos respondentes

Analistas		Conselheiros	
As empresas que você investe ou na qual você atua adotaram o <i>full</i> IFRS, pela primeira vez, nos relatórios de 2010 (publicados em 2011)?			
Sim	100%	Sim	66,7%
Não	-	Não	33,3%
Qual das seguintes opções melhor descreve a (s) organização (ões) na qual você investe ou atua?			
Listada apenas no BM&F Bovespa	62,5%	Listada apenas no BM&F Bovespa	22,2%
Listada no BM&F Bovespa e em	12,5%	Listada no BM&F Bovespa e em	-

bolsa internacional		bolsa internacional	
Empresa fechada	25,0%	Empresa fechada	77,8%
Indique a faixa de receita anual da sua empresa/grupo			
Acima de R\$ 5 bilhões	62,5%	Acima de R\$ 5 bilhões	11,1%
Entre R\$ 200 milhões e 600	12,5%	Entre R\$ 200 milhões e 600	22,2%
Inferior a R\$ 200 milhões	25,0%	Inferior a R\$ 200 milhões	66,6%

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

4.2. Comunicação com as Empresas

Com a finalidade de examinar a intensidade de diálogo da empresa com os usuários da informação após a introdução do IFRS, foram apresentadas questões que levassem em conta os esforços, empreendidos pelas companhias signatárias da nova contabilidade internacional, para informar sobre as implicações relativas à transição, bem como estabelecer uma relação de transparência com seus investidores em potencial.

Dessa forma, questionados se a introdução do IFRS gerou um aumento ou diminuição na intensidade de diálogo com as empresas analisadas, nenhum dos 12 analistas acreditou que a comunicação foi prejudicada (Tabela 8). No entanto, metade dos respondentes não observou qualquer alteração no diálogo com as empresas.

Tabela 8: Pergunta aos analistas – “Você acredita que a adoção do IFRS gerou aumento ou diminuição na intensidade de diálogo com as empresas que você analisa”?

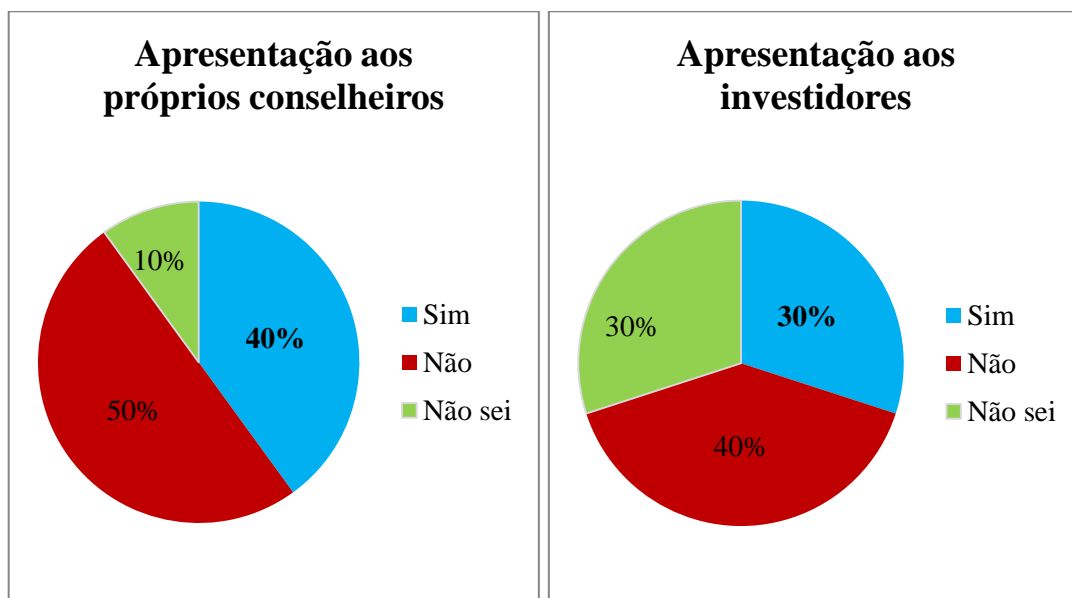
1 (<i>diminuiu muito</i>) ... 3 (<i>não afetou</i>) ... 5 (<i>aumentou muito</i>)							
Analistas							
1	2	3	4	5	Não sei	Média	Avaliações
0	0	6 (50,00%)	5 (41,67%)	1 (8,33%)	0	3,58	12

Fonte: elaborada pelo autor, 2013.

Outro fator relevante é que apenas 40% dos conselheiros entrevistados afirmam que a sua empresa realizou apresentações sobre as implicações da transição contábil para o padrão IFRS (Gráfico 3). Além disso, de acordo com a amostra de respondentes, apenas 30% das empresas realizaram encontros e apresentações aos investidores a fim de informá-los sobre as mudanças inerentes à adoção da nova norma contábil internacional. Tais dados sinalizam para o fato de que a comunicação entre empresas,

conselhos e analistas estejam comprometidas em função das dificuldades de leitura e interpretação das novas normas.

Gráfico 3: Pergunta aos conselheiros – “A sua empresa realizou alguma apresentação sobre as implicações da transição para o IFRS nas demonstrações financeiras”?



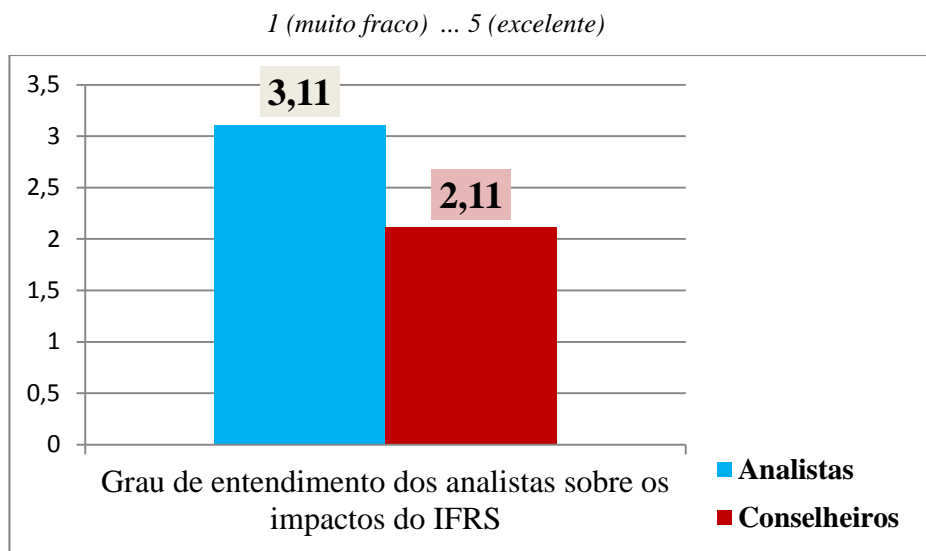
Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

No que concerne ao grau de entendimento dos analistas acerca dos impactos da harmonização contábil (Gráfico 4), muitos conselheiros se declararam insatisfeitos à posição dos analistas frente às mudanças no padrão internacional. De acordo com os resultados, 60% dos conselheiros questionados acreditam que o grau de conhecimento dos investidores é ‘fraco’ ou ‘muito fraco’. A crítica, no entanto, não advém apenas dos membros do conselho, à medida que 44,4% dos analistas também julgam ser ‘fraca’ a compreensão dos impactos do IFRS por parte dos investidores em geral. Essa falta de entendimento, segundo os respondentes, se deve, sobretudo, ao desconhecimento das normas do IFRS.

Tal desajuste, verificado entre os membros do conselho e os investidores do mercado de capitais, apenas confirma que fatores ligados à compreensão efetiva do IFRS e à busca por uma maior comunicação entre os agentes precisam ser revistos por todos os envolvidos.

O Gráfico 4 a seguir ilustra as médias das escalas de Likert entre analistas e conselheiros sobre o grau de compreensão dos impactos do IFRS no Brasil.

Gráfico 4: “Qual o grau de entendimento dos analistas de mercado sobre os impactos da adoção do IFRS nas demonstrações financeiras das empresas”?



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

4.3. Impactos do IFRS sobre os Relatórios

Com a finalidade de realizar uma avaliação geral dos impactos do padrão internacional nos relatórios financeiros das empresas brasileiras, o tópico em questão procurou abordar se após a adoção do IFRS ocorreram variações nos resultados e na representação da realidade econômica de cada companhia. A expectativa por uma melhor representação da realidade econômica da empresa pode ser ressaltada por Santos (2010) ao apontar que “(...) a convergência para o padrão internacional representa uma profunda transformação na contabilidade brasileira, da tradicional ênfase no formalismo das informações, mais voltadas ao fisco, para priorizar a essência sobre a forma, estimulando o julgamento contábil para a melhor expressão da realidade econômica da empresa, com vista ao mercado investidor”.

De fato, a maior parcela dos entrevistados acredita que as normas do IFRS aperfeiçoaram a representação da realidade econômica das companhias nacionais. Para os analistas, os CPCs que obtiveram uma representação mais fidedigna à realidade foram: Impairment (CPC 01), Combinação de Negócios (CPC 15), Contrato de Construção (CPC 17), Informação por Segmentos (CPC 22), Imobilizado e Extinção de Reavaliação (CPC 27) e Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29). Como caso

isolado, os Custos de Transação (CPC 08) foram o único pronunciamento em que nenhum dos respondentes assinalou como um fator de melhor expressão da realidade econômica do que anteriormente.

Em relação aos impactos iniciais percebidos nos resultados da empresa, foi constatado que existe uma grande discordância entre os profissionais de análise de mercado e do conselho de administração (Tabela 9). Para os conselheiros, nota-se que a maioria dos elementos da amostra considerou que a análise dos lucros observados na empresa se tornou mais difícil após a introdução do IFRS, embora muitos não souberam opinar. Entretanto, no que concerne às mudanças relacionadas aos resultados das empresas após a harmonização contábil internacional, investidores e conselheiros partilham da opinião de que os lucros e prejuízos não foram afetados.

A seguir, são apresentadas: a) a Tabela 9, que representa a opinião dos conselheiros acerca da análise dos resultados da sua empresa; b) o Gráfico 5 comparativo relacionado aos impactos observados no resultado da empresa, bem como nas mudanças percebidas na representação da realidade econômica das companhias brasileiras:

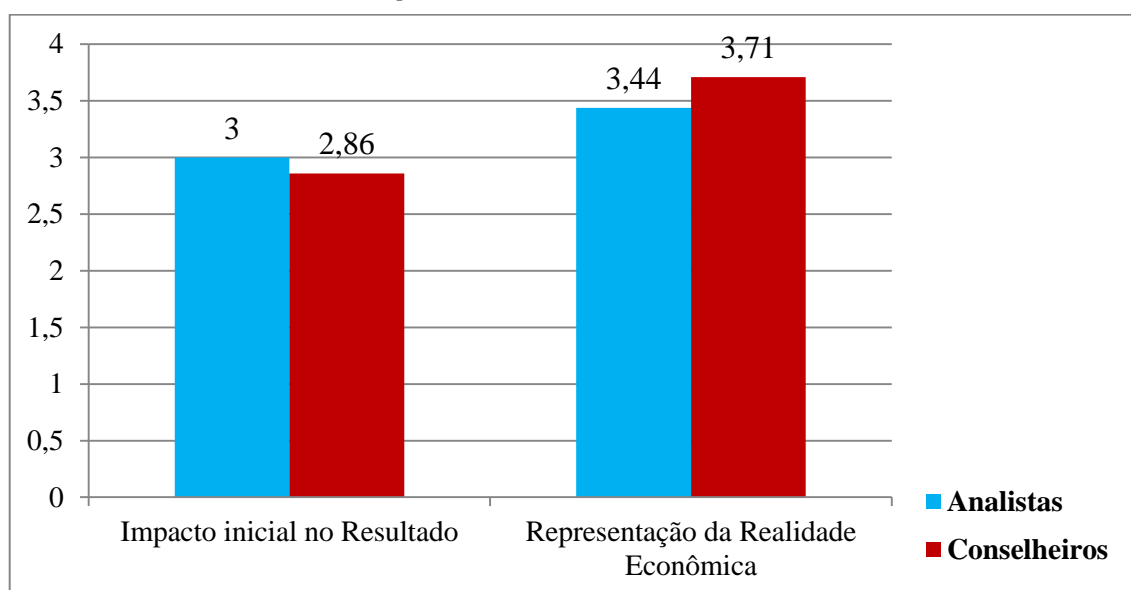
Tabela 9: Pergunta aos Conselheiros – “Após a adoção do IFRS, tem sido mais fácil ou mais difícil analisar os resultados da sua empresa”?

1 (muito mais fácil) ... 3 (não afetou) ... 5 (muito mais difícil)							
Conselheiros							
1	2	3	4	5	Não sei	Média	Avaliações
1 (11,11%)	1 (11,11%)	1 (11,11%)	3 (33,33%)	0	3 (33,33%)	3,00	9

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Gráfico 5: Escalas de Likert – Impactos do IFRS nos Relatórios

1 (diminuiu muito/piorou muito) ... 5 (aumentou muito/melhorou muito)



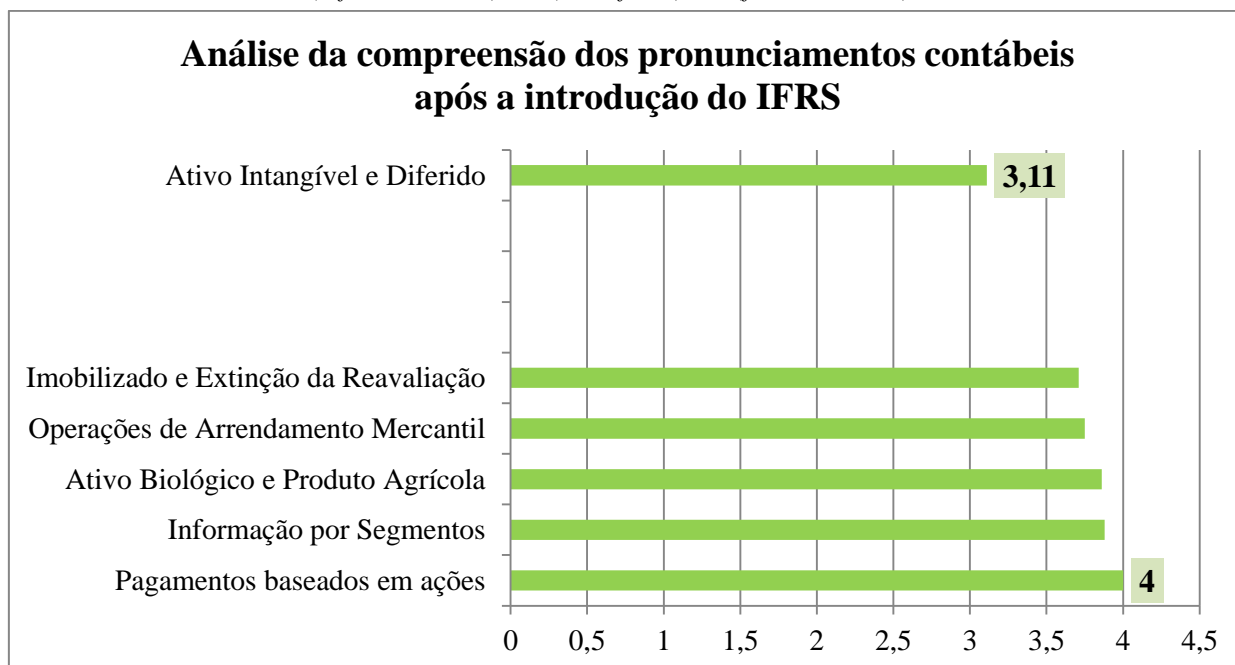
Fonte: elaborada pelo autor, 2013.

Outro aspecto a ser ressaltado, após a coleta dos dados, refere-se às dificuldades, de significativa parcela dos investidores em compreender os relatórios financeiros, à medida que 44% acreditam que a adoção do IFRS ‘dificultou’ ou ‘dificultou muito’ o entendimento. No entanto, de maneira geral, a compreensão dos relatórios foi vista como positiva – 55% julgaram como ‘facilitou’ ou ‘facilitou muito’. Determinados pronunciamentos tornaram-se mais fácil de serem compreendidos, como: (i) Informação por Segmentos (CPC 22); (ii) Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29); e (iii) Pagamento baseado em Ações (CPC 10). O CPC 04, relacionado ao Ativo Intangível e Diferido, foi visto como o pronunciamento que menos foi afetado pela introdução do IFRS. Greco et al. (2011), ao investigarem sobre as principais dificuldades a serem enfrentadas pelos profissionais da área contábil em função da harmonização contábil, observaram que o reconhecimento, mensuração e divulgação do ativo intangível pode prejudicar o processo de adaptação da contabilidade brasileira ao padrão único de normas.

O Gráfico 6 a seguir ilustra a média de compreensão de alguns CPCs durante a análise dos relatórios financeiros:

Gráfico 6: Pergunta aos analistas – “O quanto cada mudança normativa na adoção do IFRS facilitou ou dificultou a sua compreensão dos relatórios das empresas que você acompanha”?

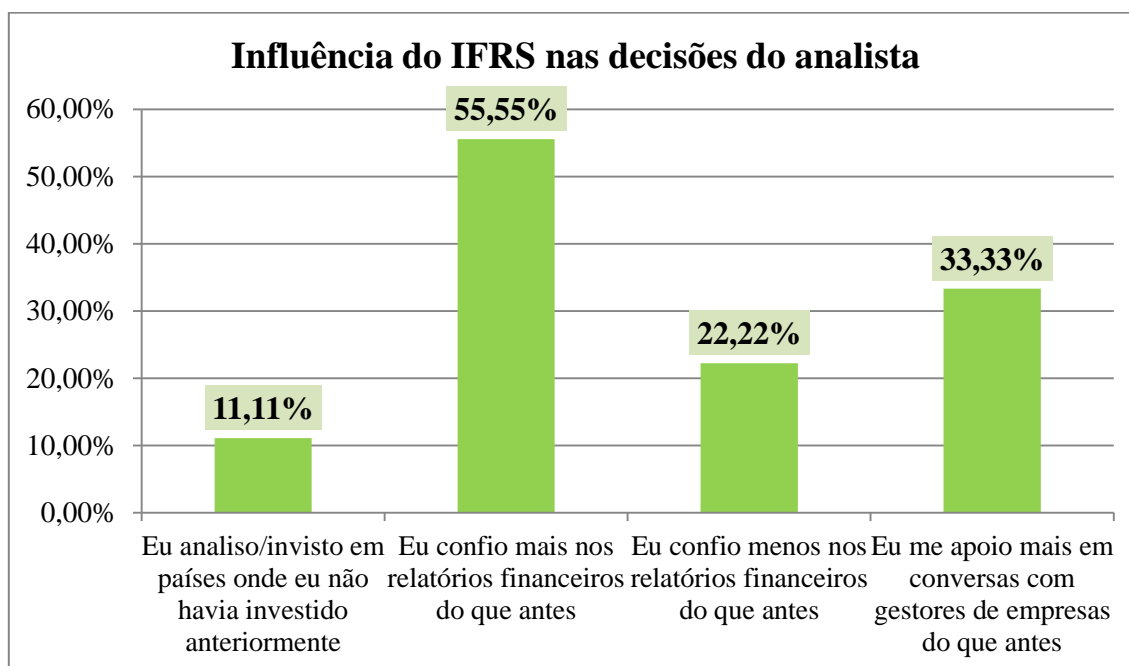
1 (dificultou muito) ... 3(não afetou) ... 5 (facilitou muito)



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Outro dado significativo refere-se ao fato de que a maioria dos investidores confia mais nos relatórios financeiros do que antes – 55% dos entrevistados. No entanto, nota-se que há um pequeno estímulo, por parte dos investidores e analista, a realizar operações em bolsas internacionais, à medida que apenas 11% dos respondentes passaram a analisar e investir em países onde antes não havia investimentos. Um terço dos respondentes aponta para o fato de que após a adoção do IFRS, a conversa entre os gestores da empresa e o analista tornou-se fator preponderante para as análises e decisões de investimento.

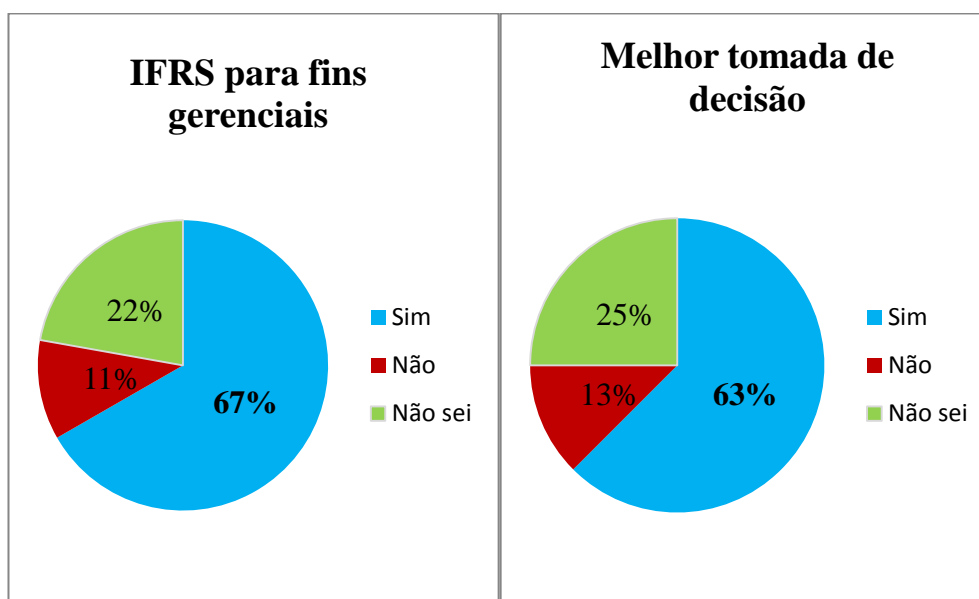
Gráfico 7: Pergunta aos Analistas – “Como a adoção do IFRS tem afetado suas análises e/ou decisões de investimentos? (Indique quantas opções considerar necessário)?”



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Por fim, foi questionado aos conselheiros se a sua empresa utiliza, em seus relatórios internos, o IFRS para fins gerenciais e se a mudança foi capaz de melhorar o processo de tomada de decisões entre os gestores. A partir dos dados (Gráfico 8), foi possível estimar que 66% das empresas já utilizam o novo padrão contábil para fins gerenciais, o que, segundo os entrevistados, contribuiu para a melhor tomada de decisão dos membros do Conselho de Administração.

Gráfico 8: Pergunta aos Conselheiros – Utilização do IFRS para fins gerenciais e consequências no processo de tomada de decisão



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

4.4. Custos e Benefícios do IFRS

Com o intuito de examinar se os benefícios da adoção do IFRS superaram os custos de sua implementação, foram realizadas 8 questões para a análise deste tópico. Na primeira questão, focada na percepção dos investidores, indagou-se sobre o processo de avaliação das empresas a partir de 2010, no qual se pôde observar que 50% dos examinados acreditam que o processo de harmonização contábil melhorou a maneira de avaliação das empresas.

Contudo, diante da coleta de dados, os aspectos mais expressivos referem-se ao maior grau de julgamento contábil exercido pelas empresas após a introdução do padrão internacional. Gray (1988), ao conceituar o sistema contábil de cada país por meio de sua cultura organizacional, explicita a dicotomia observada entre o ‘profissionalismo’ e o ‘controle estatutário’ ao fundamentar que o grau de submissão às exigências governamentais, característica da cultura brasileira, se opõe ao grau de exercício de julgamento individual e *self-regulation* intrínseco aos princípios do IFRS.

Assim, é possível inferir que a implementação do IFRS, que em sua natureza, são baseadas em princípios, defronta-se com uma cultura formalista, sensível a normas. Por esse motivo, nos últimos anos tem se observado um debate muito grande entre julgamento contábil e a prática de gerenciamento de resultados, praticado por muitas

companhias brasileiras. Segundo Baptista (2009), “o maior poder de julgamento atribuído aos profissionais de Contabilidade pode contribuir para o delineamento de um ambiente mais propício à prática da manipulação do resultado contábil”. Dentre os potenciais instrumentos de gerenciamento, Baptista acrescenta que as taxas de desconto e as taxas de depreciação tornam-se instrumentos passíveis de gerenciamento, visto que sua avaliação subjetiva influencia nos resultados de uma empresa. No entanto, é válido ressaltar que a maior discricionariedade conferida não está intimamente ligada ao processo de maquiagem. Além disso, o ajuste contábil, apesar de eticamente questionável, não infringe literalmente nenhuma norma.

Para os investidores entrevistados na pesquisa, 50% acreditam que a prática de gerenciamento de resultados ‘aumentou’ em comparação ao praticado sob a vigência de normas anteriores. A maior parte dos conselheiros não soube responder essa questão, porém, um terço acredita que o gerenciamento de resultados se tornou mais comum após a adoção do IFRS.

A Tabela 10 a seguir apresenta os dados referentes ao aumento da maquiagem contábil no Brasil.

Tabela 10: “Você observou um aumento na prática de gerenciamento de resultados (julgamentos viesados ou maquiagem contábil) após a introdução do IFRS em comparação ao praticado sob a vigência das normas anteriores”?

1 (<i>diminuiu muito</i>) ... 3 (<i>não afetou</i>) ... 5 (<i>aumentou muito</i>)							
Analistas							
1	2	3	4	5	Não sei	Média	Avaliações
0	1 (12,50%)	0	4 (50,00%)	1 (12,50%)	2 (25,00%)	3,83	8
Conselheiros							
1	2	3	4	5	Não sei	Média	Avaliações
0	1 (11,11%)	2 (22,22%)	2 (22,22%)	1 (11,11%)	3 (33,33%)	3,50	9

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

O fenômeno do gerenciamento de resultados já tem causado consequências a algumas organizações, como a Hypermarchas e a Anhanguera Educacional, que foram especuladas de utilizar da contabilidade agressiva para inflar seus resultados. Como prejuízo, os rumores levantados despencaram as ações da Anhanguera (RAGAZZI, 2011).

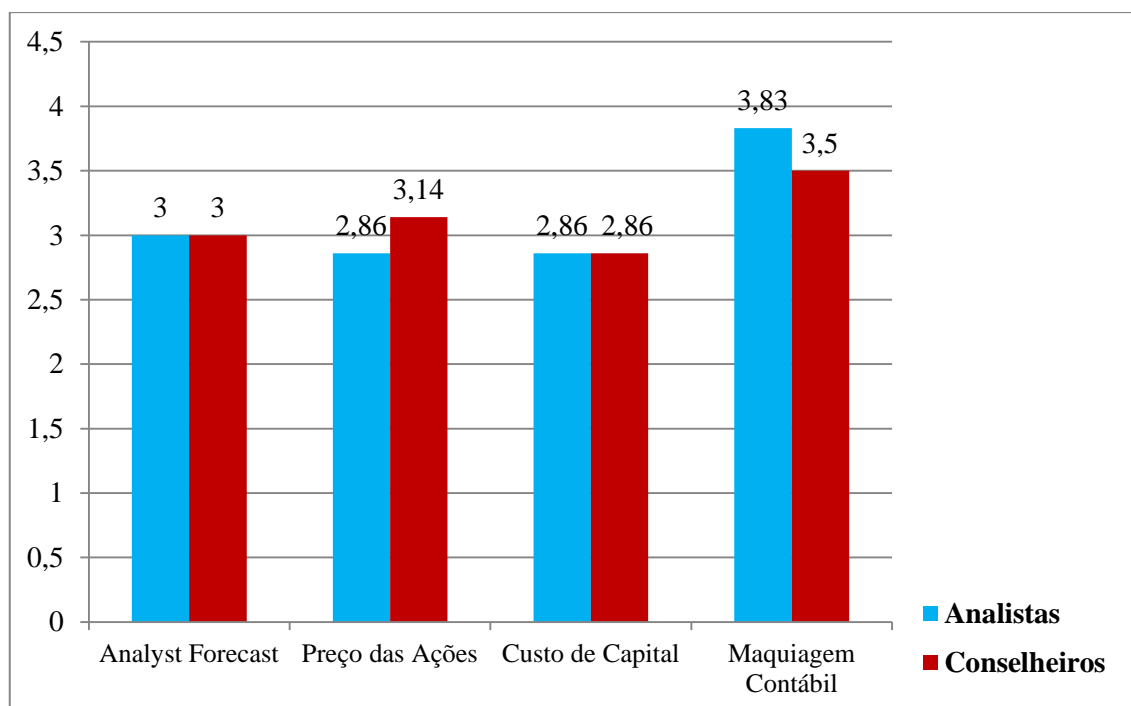
Diante desse cenário, também é possível relacionar o uso do ajuste contábil com a frequente aplicação do EBITDA ajustado como forma de comparar o resultado das empresas com os anos anteriores. De acordo com uma reportagem de Fernando Torres e Ana Paula Ragazzi, do Valor Econômico em 14/09/2011, é importante que os investidores se atentem às diferenças proporcionais entre o lucro líquido normal e o lucro ajustado.

Além disso, mudanças relacionadas ao grau de acerto de previsões de analistas do mercado, preço das ações e custo de capital não foram verificadas pelos entrevistados. No entanto, no que concerne ao custo de capital próprio das companhias brasileiras, é relevante considerar que um recente estudo aponta que após a introdução do IFRS na contabilidade brasileira, o custo de capital diminuiu em sete pontos-base. Igualmente, o estudo concluiu que quanto maior o índice de transparência das companhias brasileiras, menor será seu custo de capital (TORRES, 2013).

O Gráfico 9 a seguir ilustra um comparativo de respostas entre analistas e conselheiros acerca das mudanças observadas no mercado após a harmonização contábil:

Gráfico 9: Escala de Likert – Custos e Benefícios do IFRS

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito)

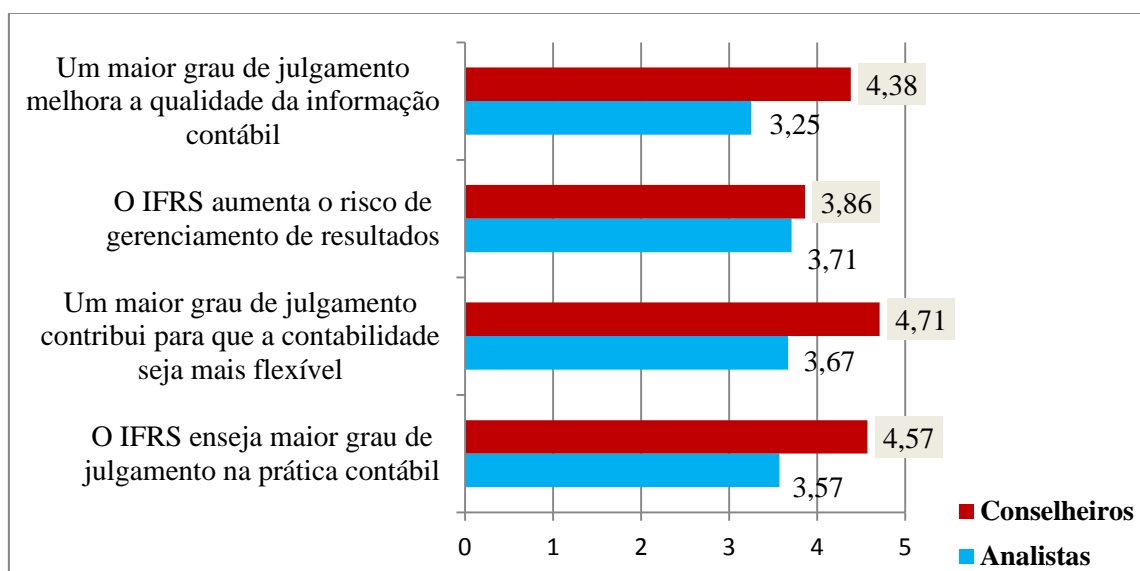


Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Ademais, outros aspectos relacionados ao efeito da adoção no grau de discricionariedade dos contadores (responsáveis pela elaboração dos relatórios) tornaram-se pertinentes para a análise dos custos e benefícios. Dessa maneira, foram levantadas quatro afirmações que puderam ser avaliadas por meio de escalas de Likert, apresentadas no Gráfico 10.

Gráfico 10: “Indique seu grau de concordância sobre o efeito da adoção do IFRS no grau de julgamento”.

1 (discordo fortemente) ... 5 (concordo fortemente)



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

A partir do gráfico em questão, nota-se que tanto investidores quanto conselheiros, acreditam que um dos maiores benefícios da introdução do IFRS é a possibilidade de realizar suas decisões diante de condições mais específicas do mercado. O maior grau de julgamento contábil permite uma maior flexibilidade, e, por conseguinte, uma representação econômica mais verossímil. Os benefícios gerados pela maior maleabilidade no uso do IFRS também puderam ser confirmados na questão seguinte, em que de maneira mais ampla, examinou-se o grau de concordância sobre os benefícios da adoção do IFRS para as empresas em geral através de 19 afirmações. Dentre elas, a assertiva mais concordada por analistas e conselheiros refere-se ao fato de que o IFRS “permitiu melhor flexibilidade contábil diante de condições específicas de cada empresa” (Gráfico 11).

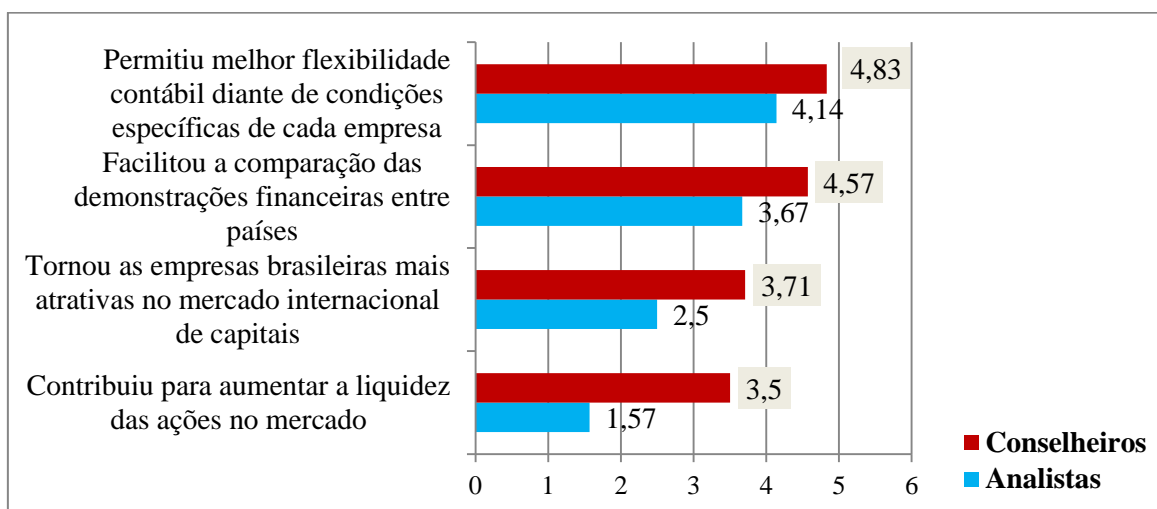
Apesar da pequena frequência de investimentos e análises realizadas em bolsas internacionais, verificadas pela amostra da pesquisa, foi possível notar que há um nítido esforço, por parte dos usuários da informação, em intensificar o contato com bolsas internacionais, à medida que segundo eles, um dos maiores benefícios gerados pelo IFRS provém da facilidade em realizar comparações de demonstrações financeiras entre diferentes países.

Dentre os enunciados menos concordados, destacam-se: (1) “contribuiu para aumentar a liquidez no mercado de ações”; e (2) “tornou as empresas mais atrativas no mercado de capitais”. De fato, não foi possível observar uma maior solvência das ações em companhias brasileiras, bem como investimentos externos no setor privado brasileiro. A tendência esperada de que a maior comparabilidade dos relatórios elevaria o número de negociações e, portanto, de liquidez, assim como uma maior evidência das companhias brasileiras no mercado global, invoca para o fato de que os benefícios esperados pela harmonização contábil dependem de outras variáveis externas, intrínsecas ao cenário macroeconômico de um país. A menor expectativa de crescimento da economia, motivada pela alta dos juros e pelos estoques elevados, desacelerou os investimentos privados em companhias do setor secundário (TORRES, 2013), o que alerta para o fato de que a análise dos custos e benefícios do padrão contábil exige, por parte dos agentes envolvidos, uma visão macro ambiental.

O Gráfico 11 a seguir exibe o grau de concordância acerca de algumas afirmações apresentadas na questão:

Gráfico 11: “Qual o seu grau de concordância sobre os benefícios da adoção do IFRS para as empresas em geral”?

1 (discordo fortemente) ... 5 (concordo fortemente)



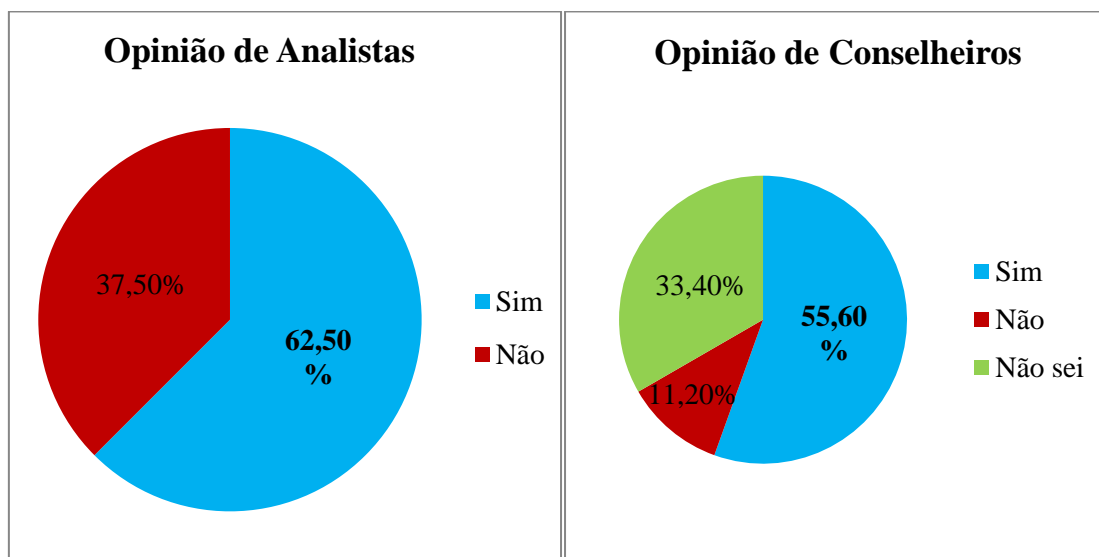
Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

É interessante notar que o nível de exigência dos analistas se observa em uma intensidade muito mais elevada se comparado ao grau dos conselheiros. Diante deste elevado desvio, torna-se apropriado lembrar que a comunicação entre conselheiros e analistas mostra-se comprometida, o que pode explicar esta substancial diferença de avaliações.

Para a última questão deste tópico, o entrevistado era convidado a avaliar, em linhas gerais, se os benefícios empreendidos pela introdução do IFRS superaram os custos de sua implantação. De modo geral, a avaliação foi positiva para 55,6% dos membros do conselho de administração e 62,5% dos analistas de mercado.

O gráfico a seguir apresenta tais dados:

Gráfico 12: “Você acha que os benefícios da adoção do IFRS superaram os custos”?



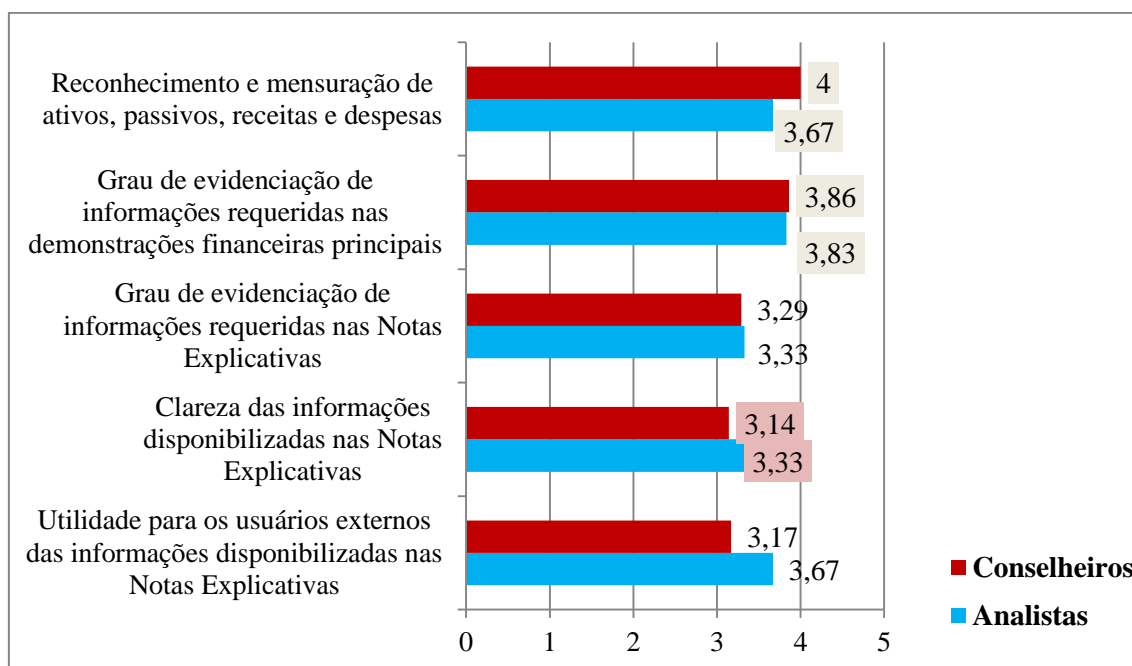
Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

4.5. Qualidade da Implantação do IFRS

Como exposto anteriormente, os ganhos gerados com a adoção do IFRS dependem não apenas da qualidade da norma em si, mas, sobretudo, da qualidade de sua implantação. Nesse sentido, torna-se pertinente avaliar o grau de *enforcement* institucional de cada país (eficácia das ações reguladoras), bem como o grau de evidenciação de informações e clareza das notas explicativas.

Assim, a primeira questão do tópico convidou o entrevistado a atribuir notas de 1 a 5 sobre a qualidade da implementação do IFRS nas empresas sujeitas ao novo regimento contábil. O Gráfico 13 a seguir ilustra a avaliação de investidores e conselheiros sobre os itens abordados pela pergunta:

Gráfico 13: “Que nota você atribui à qualidade da implementação do IFRS alcançada pela prática contábil das empresas brasileiras de capital aberto que você conhece?”



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

A partir das informações obtidas, foi possível observar que, de um modo geral, analistas e conselheiros consideram que o processo de implantação do IFRS necessita de um aprimoramento maior, de modo que as informações requeridas se tornem mais inteligíveis aos olhos dos investidores.

Ademais, a atenção salientada pela investidora do banco Brasil Plural, Daniella Guanabara em palestra proferida na FGV-EAESP em 11/12/2012, pode ser confirmada pelos dados referidos no Gráfico 13, à medida que a clareza das informações disponíveis nas notas explicativas foi o aspecto de menor avaliação por parte dos entrevistados. Tal circunstância permite afirmar que há uma percepção no mercado de que talvez as notas explicativas necessitem ser mais bem estruturadas.

Fatores como reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, assim como o grau de evidenciação das informações contidas nas demonstrações financeiras foram bem avaliados pelos respondentes.

Em outra questão, focada na eficácia das ações da CVM, notou-se que os investidores não estão satisfeitos com as agências reguladoras, à medida que apenas 25% dos analistas se posicionaram otimistas frente aos esforços empreendidos pelos

reguladores no sentido de garantir uma implantação de qualidade do IFRS. A Tabela 11, a seguir, apresenta as informações verificadas após a coleta dos dados:

Tabela 11: Pergunta aos analistas – “Como você avalia a eficácia das ações dos reguladores (*enforcement* institucional) no sentido de garantir uma implementação de qualidade para o IFRS”?

1 (péssima) ... 5 (excelente)							
Analistas							
1	2	3	4	5	Não sei	Média	Avaliações
0	2 (25,00%)	4 (50,00%)	2 (25,00%)	0	0	3,00	8

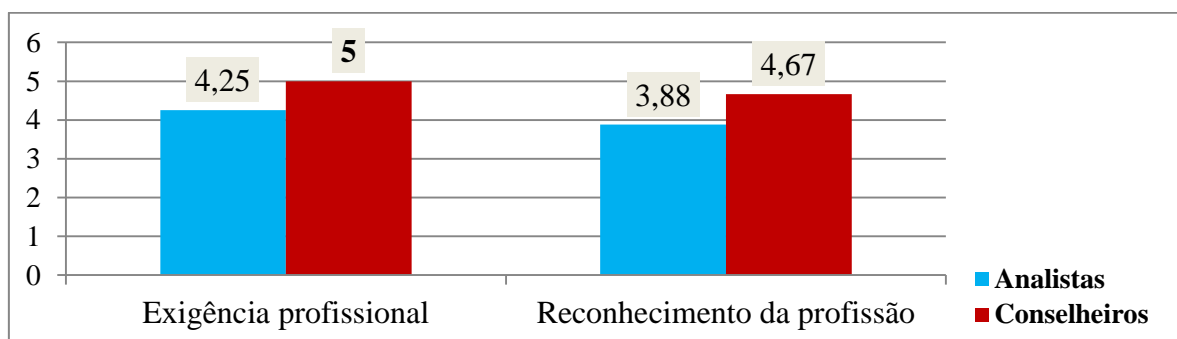
Fonte: elaborado pelo autor, 2013,

No processo brasileiro de adoção das IFRS, a falta de mão de obra qualificada é um fator preocupante, pois existem poucos profissionais aptos à prática e ao ensino das normas internacionais. Nelson Carvalho, presidente do conselho consultivo do IASB, revela: "embora tenhamos mais de mil instituições de ensino encarregadas de formar bacharéis em ciências contábeis, há poucos profissionais habilitados ao ensino de normas internacionais" (FELTRIN, 2008).

Dessa forma, foram investigadas as percepções sobre a exigência da competência profissional de analistas e conselheiros, bem como o maior reconhecimento depositado no papel de cada agente envolvido após a adoção do IFRS.

Gráfico 14: Escalas de Likert – Considerações Finais

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito)



Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Deste modo, os dados do Gráfico 14 revelam que os responsáveis pela análise do IFRS concordam com a noção de que a harmonização contábil atribui um maior compromisso profissional no uso das informações disponíveis aos agentes externos. Destaca-se, contudo, o alto grau de avaliação manifestado pelos conselheiros nas duas questões. Diante da transição para o IFRS, sua função de definidor da política contábil de sua empresa tornou-se um papel importante para a adequação às normas internacionais.

Por fim, na última pergunta do questionário, os entrevistados foram convidados a apontar de maneira livre suas sugestões, a fim de aperfeiçoar as normas do IFRS, e recomendações, no intuito de aprimorar a implantação do padrão internacional. Além disso, a questão aberta permitiu identificar outros aspectos relevantes sobre os impactos da implantação do IFRS no Brasil. Diante da experiência profissional de cada respondente, as Tabelas 12 e 13 a seguir expõem as diferentes opiniões citadas:

Tabela 12: “A partir de sua experiência, qual a sua sugestão ou contribuição para o aperfeiçoamento de uma ou mais normas do IFRS”?

Analistas	Conselheiros
“Muitos efeitos no caixa dificultam a precificação”	“Maior simplicidade nos textos”
-	“Impairment”
-	“Maior cuidado e elaboração nas notas explicativas”
-	“Reconhecer o valor da empresa (Goodwill) e sempre que necessário, reconhecer e atualizar os ativos (sempre valor de mercado)”
-	“As normas relacionadas à contabilização dos instrumentos financeiros”

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

Tabela 13: “A partir de sua experiência, que ações você recomendaria para aperfeiçoar a implementação do IFRS no Brasil”?

Analistas	Conselheiros
“No caso das empresas detentoras de concessões e reguladas, criar uma maior transparência das premissas usadas no cálculo dos itens que compõem o ativo de longo prazo”	“Leis mais claras. Convergência das leis (Ex: O COSIF, em alguns pontos, diverge parcialmente das normas do IFRS)”
“Reduzir impactos contábeis no caixa e gerenciáveis pela gestão”	“Obrigar atualização de todos os Contabilistas”
-	“Maior divulgação para outros usuários da contabilidade, como analistas e advogados”
-	“Melhoria do ensino nas universidades”

Fonte: elaborado pelo autor, 2013.

5. Considerações Finais

No ensejo de gerar hipóteses acerca da percepção de investidores e conselheiros envolvidos no processo de transição para o IFRS, foi possível observar que os fatores intrínsecos à cultura, história e sistemas políticos de um país são notadamente relevantes para compreender o desenvolvimento de um sistema contábil.

Dessa forma, barreiras relacionadas aos valores locais podem ocasionar diferentes interpretações na linguagem do IFRS. No caso específico do Brasil, a natureza formalista, baseada na regulação e na legislação fiscal, pode criar dificuldades à adaptação de um sistema caracterizado pelo seu alto grau de subjetivismo. Como consequência, fenômenos relacionados ao gerenciamento de resultados demonstram uma resistência da cultura brasileira a elevar os seus níveis de transparência e profissionalismo. Para que a convergência das normas internacionais de contabilidade conquiste o mercado de capitais, é importante que a tendência geral de uniformidade das imposições legais e do conservadorismo da mensuração dos resultados seja substituída por um maior grau de flexibilidade e capacitação na interpretação das informações requeridas.

Nesse sentido, o estudo mostrou que poucos conselheiros confiam na atualização dos analistas e investidores frente às mudanças observadas na legislação contábil brasileira. Uma maior exigência profissional, verificada pela amostra da pesquisa, implica observar que a contabilidade brasileira defronta-se, nos dias atuais, com um processo de profissionalização de seus agentes, à medida que investidores e conselheiros necessitarão adquirir novas habilidades e conhecimentos no sentido de cumprir o desempenho excelente de suas funções.

Os resultados também apontam que outro grande desafio na implantação das normas internacionais no Brasil envolve a falta de clareza das informações solicitadas. Como confirmação, muitos entrevistados indicaram que as notas explicativas precisam ser elaboradas com maior atenção por parte dos contadores, fator que tem prejudicado o processo de confiabilidade e comparabilidade das informações financeiras disponíveis aos usuários. Deste modo, torna-se apropriado questionar se a comunicação entre agências reguladoras, companhias de capital aberto e analistas do mercado tem sido efetiva e orientada a identificar e solucionar as dificuldades verificadas no processo de transição para o IFRS.

Contudo, de modo geral, os esforços para a adoção do padrão único de contabilidade no Brasil já trouxeram resultados significativos. Dentre eles, verifica-se que os benefícios gerados pela harmonização contábil superam os custos de sua adoção nas empresas nacionais. Tal reconhecimento, portanto, produz perspectivas animadoras no que concerne ao futuro da contabilidade brasileira.

Diante da reduzida quantidade de respondentes, futuros trabalhos destinados a pesquisar a percepção de analistas do mercado de capitais sobre os impactos da implantação do IFRS no Brasil poderão analisar, por meio de amostras mais representativas da população estudada, resultados mais concisos. Pesquisas relacionadas à percepção de outros agentes envolvidos no processo terão que ser relacionadas, bem como a realização de um amplo estudo orientado a investigar a acessibilidade do IFRS aos analistas e conselheiros do mercado financeiro.

A convergência contábil no Brasil tem manifestado seu processo complexo e de longo prazo. Nesse sentido, a capacidade – por parte da literatura especializada, de identificar as percepções de investidores do mercado sobre os benefícios e dificuldades verificadas nos primeiros anos de adoção do *full* IFRS no país, assume grande importância para a melhor adequação do sistema contábil brasileiro ao mercado global de capitais.

6. Referências Bibliográficas

- AISBITT, S. Implementation of supra-national policies: lessons from the Nordic countries' experiences of European directives. *Accounting History*, vol. 13, n. 1, p. 75-99, 2008.
- ALMEIDA, N. S.; GOMES, G. S.; LEMES, S. Percepções dos docentes dos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil sobre a adoção das IFRS no país. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11º, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA-USP, 2011.
- ANDRADE, G. A. Profissão Contábil no Brasil: primórdios, perspectivas e tendências. *Revista de Contabilidade do CRC de São Paulo*. Março, 2003.
- ARMSTRONG, C. S.; BARTH, M. E.; JAGOLINZER, A. D.; RIEDL, E. J. Market reaction to the adoption of IFRS in Europe. *The Accounting Review*, v. 85, n. 1, p. 31-61, 2010.
- BALL, R. International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research*, vol. 36, Special Issue, p. 5-27, 2006.
- BAPTISTA, E. Ganhos em Transparência versus Novos Instrumentos de Manipulação: o Paradoxo das Modificações Trazidas pela Lei nº 11.638. *RAE*, São Paulo, v. 49, n. 2, abr/jun. 2009.
- BEATTIE, V.; FEARNLEY, S.; HINES, T. An analysis of financial statement issues reported as discussed and negotiated by key preparer-side groups in UK listed companies in the first and second years of IFRS implementation. *Working Paper*, 2008. Disponível em. <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em: 09/02/2009.
- BENETTI, C. Stakeholders Perception of IFRS Utility. *Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo*. 314f, São Paulo, 2011.
- BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. *Presidência da República – Casa Civil*. 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em 17/02/2013.
- CARVALHO, E. S.; LAGIOIA, U. C. T.; LIBONATI, J. J.; DE ALMEIDA, S. G. O. Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: Uma análise das percepções dos Auditores Independentes. *9º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*. São Paulo, Julho, 2012.

- CHURCHILL, G. Marketing Research: methodological foundations. 2ª ed. *The Dryden Press*, 1998.
- COLE, V.; BRANSON, J.; BREESCH, D. The illusion of comparable European IFRS financial statements: the view of auditors, analysts and other users. *Working Paper*, 2010. Disponível em < www.ssrn.com>. Acesso em 20/04/2012.
- DANIEL, S. J.; JUNG, B.; POURJALALI, J.; WEN, E. Firm characteristics influencing responses towards the adoption of fair value accounting for non-financial assets: a survey of chief financial officers of U.S. firms. *Working Paper*, 2010. Disponível em < www.ssrn.com>. Acesso em 20/04/2012.
- DASKE, H.; HAIL, L.; LEUZ, C.; VERDI, R. Adopting a label: heterogeneity in the economic consequences of IFRS adoptions. *Working Paper: first draft 2007, current draft 2012*. Disponível em < www.ssrn.com>. Acesso em 20/04/2012.
- DIAS, A. Ordem e lógica do IFRS. *Administradores*, 2009. Disponível em <http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/origem-e-logica-das-ifrs/33694/>>. Acesso em 06/02/2013.
- DJATEJ, A.; ZHOU, D.; GORTON, D.; MCGONIGLE, W. Critical factors of IFRS adoption in the US: an empirical study. *Journal of Finance and Accountancy*, vol. 9, p. 1-14, April, 2012.
- DOUPNIK, T. S.; TSAKUMIS, G. T. A critical review of tests of Gray's theory of cultural relevance and suggestions of future research. *Journal of Accounting Literature*, n. 23, p. 1-48, 2004.
- FEARNLY, S.; HINES, T. How IFRS has destabilized financial reporting for UK nonlisted entities. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, v. 15, n. 4, p. 394-408, 2007.
- FELTRIN, L. Adequação traz desafio educacional. *Jornal Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19/08/2008. Caderno Finanças e Mercados, p. 4.
- FERNANDES, B. V. R.; LIMA, D. H. S.; VIEIRA, E. T.; NIYAMA, J. K. Análise da percepção dos docentes dos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil quanto ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas no Brasil. In: ANPCONT, 4º 2010, Natal. *Anais...* Natal: ANPCONT, 2010.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas. Transição para o IFRS: transparência e impacto nos resultados de 2008. *Seminário Migração dos Balanços para IFRS*. FGV-EAESP, 29/11/2009.
- FRANCO, H. Temas Contábeis. *Atlas*. São Paulo, 1997.

FREEDMAN, M; STAGLIANO, A. J. Environmental Disclosure by Companies Involved in Initial Public Offerings. *Accounting, auditing and Accountability Journal*, 15(1), 94-105, 2002.

GILL, L. M; IFRS: Coming to America: what CPAs need to know about the new global GAAP. *Journal of Accounting*, jun 2007. Disponível em <<http://www.journalofaccountancy.com/Issues/2007/Jun/IfrsComingToAmerica.htm>>. Acesso em 06/04/2013.

GRAY, S. J. Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. *Abacus*, v. 24, n. 1, p. 1-15, mar 1988.

HAIL, L; LEUZ, C. Capital market effects on mandatory IFRS reporting in the EU: empirical evidence. *Working paper*, 2007. Disponível em <www.ssrn.com>. Acesso em 19/04/2010.

HOFSTEDE, G. H. Culture's consequences: international differences in work-related values. *Beverly Hills: Sage Publications*, 1980.

HOOGENDOORN, M. International accounting regulation and IFRS implementation in Europe and beyond – experiences with first-time adoption in Europe. *Accounting in Europe*, vol. 15, supplement 3, p. 23-26, Oct. 2006.

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Primeira safra de DF's - experiência e dificuldades da aplicação do IFRS. *Conferência IBRACON 40 Anos*. São Paulo, 07/06/2011.

ICAEW. EU Implementation of IFRS and The Fair Value Directive. 2007.

IFRS – International Financial Reporting Standard. *Who we are and what we do*. 2013. Disponível em <www.ifrs.org>. Acesso em 19/02/2013.

JERMAKOWICZ, E. K.; TOMASZEWSKI, S. G. Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, n. 15, p. 170-196, 2006.

JONES, S.; HIGGINS, A. D. Australia's switch to international financial reporting standards: a perspective from account preparers. *Accounting and Finance*, v. 46, n. 4, p. 629-652, 2006.

KINSEY, J. P.; JERMAKOWICZ, E. K.; VONGPHANITH, T. Capital Market consequences of European firm's mandatory adoption of IFRS. *Working paper*, 2008. Disponível em <www.business.illinois.edu>. Acesso em 19/03/2009.

LANTTO, A. M. Does IFRS improve the usefulness of accounting information in a code-law country? *Working paper*, 2007. Disponível em <www.ssrn.com>. Acesso em

20/04/2012.

MARTINS, E.; MARTINS, V. A.; MARTINS, E. A normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. *Revista de Informação Contábil UFPE*. Recife, vol. 1, nº 1, p.7-30, set. 2007.

MARTINS, E.; LISBOA, L. P. Ensaio sobre a Cultura e Diversidade Contábil. *Conselho Regional de Contabilidade do Pará*. 2005.

MELO, C. L. M.; VIEIRA, E. R. F. C.; NIYAMA, J. K.; MOL, A. L. R. Mensuração a valor justo: um estudo sobre a opinião dos professores e profissionais contábeis. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11º, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA-USP, 2011.

NAOUN, V. C.; SYKIANAKIS, N.; TOZOVAS, C. The perceptions of managers of Greek firms regarding the costs and benefits ensuing from the adoption of international 12 financial reporting standards in Greece. *International Journal of Economic Sciences and Applied Research*, v. 4, n. 3, p. 59-74, 2011.

NEVES, T. J. G.; LAGIOIA, U. C. T.; LIBONATI, J. J.; DE ALMEIDA, S. G. O.; MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2012.

NIERO, N. Novas regras prometem emoções fortes. *Valor Econômico*, 13/06/2008.

NIERO, N.; VALENTI, G.; D'AMBROSIO, D. Confusão contábil prejudica análise de balanços de 2008. *Valor Econômico*, 09/03/2009.

NIYAMA, J. K. Contabilidade Internacional. São Paulo: *Atlas*, 2005.

NIYAMA, J. K. Contabilidade Internacional. São Paulo: *Atlas*, 2009.

NOBES, C. Towards a general model of the reasons of international differences in financial reporting. *Abacus*, v. 34, n. 2, p. 162-187, 1998.

PAJUNEN, K.; SAASTAMOINEN, J. Auditors' Perceptions of Goodwill Write-Offs under IFRS. *Working Paper*, 2012. Disponível em < www.ssrn.com >. Acesso em 20/04/2012.

PAJUNEN, K. Current Finnish accounting thought in relation to international financial reporting standards and earlier Finnish accounting traditions: results from a survey of Finnish accounting professionals. *LTA - Liiketaloudellinen Aikakauskirja*, n. 2, p. 145-177, 2010.

POHLMANN, M.C. Harmonização Contábil no Mercosul: A Profissão e o Processo de Emissão de Normas – Uma Contribuição. *Caderno de Estudos*, nº 12. São Paulo, FIEPECAF, Setembro, 1995.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. IFRS: the European investors view. Feb, 2006. Disponível em <<http://pwc.com/gx/eng/about/svcs/corporatereporting/IFRSInvestidorSurvey.pdf>>. Acesso em 06/04/2013.

RADEBAUGH, L.; H., GRAY, S. J.; BLACK, E. L. International accounting and multinational enterprises. Hoboken: *Wiley*, 2006.

RAGAZZI, A. P. Gestoras apostam contra Anhanguera. *Valor Econômico*, 05/08/2011

ROHINI, D. N. Are Indian investors aware of IFRS standards? A study on the investor's attitude towards the implementation of IFRS in India. *International Journal of Global Business*, v. 4, n. 2, p. 28-40, December 2011.

SANTOS, E. S. Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS nas empresas abertas: um exame censitário dos ajustes ao resultado nas DFPs de 2008. In: EnANPAD, 34º, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

SANTOS, E. S. Impacto total do processo de adoção do IFRS nos resultados das empresas brasileiras. In: EnANPAD, 36º, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2012b.

SANTOS, E. S., CIA, J. N. S., CIA, J. C. US GAAP x Contabilidade em Países da América Latina: Mensuração do Impacto das Diferenças de Normas no Lucro Reportado pelas Empresas com ADRs na NYSE. *Revista Base*, no prelo, 2012.

SANTOS, E. S., CIA, J. N. S., CIA, J. C. US GAAP x Normas Brasileiras: US GAAP x Normas Brasileiras: Há Diferenças Significativas no Valor do Lucro Reportado pelas Empresas Brasileiras com ADRs na NYSE? In: EnANPAD, 31º, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

SANTOS, E. S.; CALIXTO, L. Impactos do Início da Harmonização Contábil Internacional (Lei 11.638/07) nos Resultados das Empresas Abertas. *RAE eletrônica*. São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jun. 2010.

SARAVANAMUTHU, K. What is measured counts: harmonized corporate reporting and sustainable economic development. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 15, p. 295-302, 2004.

SAUDAGARAN, S. M. International Accounting: a user perspective. Mason (Ohio): *Thomson*, 2001.

SCHROEDER, R. G., CLARK, M. W., CATHEY, J. M. Financial Accounting: theory and analysis. 7th ed. New York: *Wiley*, 2001.

- SHEFRIN, H. M. Beyond greed and fear: Understanding behavioral finance and the psychology of investing. *Harvard Business School Press*, 2000.
- SILVA, P. C.; WEFFORT, E. F. J.; PETERS, M. R. S.; CIA, J. N. S. Impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras de saneamento: a percepção dos profissionais do setor. *Revista Contabilidade Vista & Revista*. Belo Horizonte, vol. 21, n. 2, p. 69-94, abr/jun 2010.
- SOUZA, R. G. Normas internacionais de contabilidade: percepções dos profissionais quanto às barreiras para sua adoção no Brasil. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- TORRES, F.; RAGAZZI, A. P. Companhias descontam efeitos negativos do lucro e do Ebitda divulgados ao mercado, o que merece atenção dos investidores. *Valor Econômico*, 14/09/2011.
- TORRES, F. IFRS reduziu custo de capital, diz estudo. *Valor Econômico*, 23/05/2013.
- WEIBENBERGER, B. E.; STAHL, A. B.; VORSTIUS, S. Changing from German GAAP to IFRS or US GAAP: a survey from German companies. *Accounting in Europe*, vol.1, n. 1, p.169-189, 2004.
- WEFFORT, Elionor Farah Jreige. O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional. *Atlas*. São Paulo, 2005.
- YOKOI, Y. Padrão ameaçado. *Revista Capital Aberto*, abril, 2008, p. 34-38.

7. Apêndice

Questionário da Pesquisa para Investidores e Analistas da Informação Contábil

Apresentação

1) Em que tipo de empresa você trabalha?

- a) Em uma firma de contabilidade
- b) Em uma firma de auditoria
- c) Em uma empresa gestora de ativos financeiros (investimentos)
- d) Em outra instituição financeira (banco múltiplo, crédito, seguro, etc.)
- e) Em outro tipo de negócio

2) Qual a sua atividade na empresa?

- a) Gerador da informação (preparação das Demonstrações Contábil-Financeiras)
- b) Auditor da informação (auditoria interna ou externa)
- c) Gestor de RI (relação com investidores)
- d) Membro do Conselho Fiscal ou de Administração
- e) Analista da informação (para analistas de Mercado de Capitais)

Caracterização do Respondente

3) De um modo geral, qual a sua percepção sobre a adoção do padrão contábil internacional no Brasil?

1 (muito desfavorável) ... 5 (muito favorável). 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

4) Você é o responsável principal pela análise das informações financeiras das empresas nas quais você investe e/ou que você analisa?

- a) Sim
- b) Não

- 5) **Indique o cargo que você ocupa:** _____
- 6) **Indique há quanto tempo você atua na análise de Demonstrações Financeiras de empresas.**
- a) Menos de 3 anos
 - b) De 3 a 5 anos
 - c) Mais de 5 anos
- 7) **Você já tinha analisado e/ou investido em empresas estrangeiras que adotaram o full IFRS antes de 2010?**
- a) Sim
 - b) Não
- 8) **Você achou difícil compreender os efeitos da adoção do IFRS nos relatórios das empresas que você analisa?**
- 1 (muito fácil) ... 5 (muito difícil) ... 0 (não sei)*
- 1 2 3 4 5 0
- 9) **Como você avalia o seu grau de conhecimento sobre as normas IFRS para o desempenho excelente de suas funções?**
- 1 (muito fraco) ... 5 (excelente) ... 0 (não sei)*
- 1 2 3 4 5 0

Comunicação com as Empresas

- 10) **Você assistiu apresentações das empresas ou participou de outros encontros em que as empresas apresentaram as implicações de transição para o IFRS em suas demonstrações financeiras?**
- a) Sim
 - b) Não
 - c) Não sei

11) Você acredita que a adoção do IFRS gerou aumento ou diminuição na intensidade de diálogo com as empresas que você analisa?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

Impactos do IFRS sobre os Relatórios

12) Qual foi o impacto da adoção inicial do IFRS no resultado (lucro/prejuízo) reportado pelas empresas que você analisa ou nas quais você investe?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

13) Na sua opinião, a adoção do IFRS melhorou ou piorou a representação da realidade econômica das empresas que você analisa ou nas quais investe?

1 (piorou muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (melhorou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

14) O quanto cada mudança normativa na adoção do IFRS melhorou ou piorou a representação da realidade econômica das empresas que você analisa ou nas quais investe?

1 (piorou muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (melhorou muito).

1	<i>Impairment</i> - Redução de Ativos ao Valor Recuperável (CPC 01)	1	2	3	4	5	0
2	Ativo Intangível e Diferido (CPC 04)	1	2	3	4	5	0
3	Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 e ICPC 03)	1	2	3	4	5	0
4	Subvenções e Assistências Governamentais (CPC 07)	1	2	3	4	5	0
5	Ajuste a Valor Presente (CPC 12)	1	2	3	4	5	0
6	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos (CPC 08)	1	2	3	4	5	0
7	Informação por Segmentos (CPC 22)	1	2	3	4	5	0
8	Propriedade para Investimento (CPC 28)	1	2	3	4	5	0
9	Imobilizado e Extinção da Reavaliação (CPC 27)	1	2	3	4	5	0
10	Pagamentos baseados em ações (CPC 10 e ICPC 04 e 05)	1	2	3	4	5	0
11	Benefícios a Empregados (CPC 33)	1	2	3	4	5	0

12	Coligadas, Empreendimentos Conjuntos, Controladas e Consolidação (CPC 05, 18, 19, 35 e 36; ICPC 09)	1	2	3	4	5	0
13	Combinação de Negócios (CPC 15)	1	2	3	4	5	0
14	Instrumentos Financeiros (CPC 38, 39, 40; OCPC 03)	1	2	3	4	5	0
15	Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29)	1	2	3	4	5	0
16	Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)	1	2	3	4	5	0
17	Contratos de Construção (CPC 17, ICPC 02 e OCPC 01 e 04)	1	2	3	4	5	0
	Outro: Indique _____	1	2	3	4	5	0

15) Um dos principais objetivos do IFRS é facilitar a compreensão dos relatórios financeiros pelos usuários externos, facilitando o entendimento pelos investidores. De maneira geral, você acha que a adoção do IFRS facilitou a sua compreensão dos relatórios financeiros das empresas que você acompanha?

1 (dificultou muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (facilitou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

16) O quanto cada mudança normativa na adoção do IFRS facilitou ou dificultou a sua compreensão dos relatórios das empresas que você acompanha?

1 (dificultou muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (facilitou muito) ... 0 (não sei)

1	<i>Impairment</i> - Redução de Ativos ao Valor Recuperável (CPC 01)	1	2	3	4	5	0
2	Ativo Intangível e Diferido (CPC 04)	1	2	3	4	5	0
3	Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 e ICPC 03)	1	2	3	4	5	0
4	Subvenções e Assistências Governamentais (CPC 07)	1	2	3	4	5	0
5	Ajuste a Valor Presente (CPC 12)	1	2	3	4	5	0
6	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos (CPC 08)	1	2	3	4	5	0
7	Informação por Segmentos (CPC 22)	1	2	3	4	5	0
8	Propriedade para Investimento (CPC 28)	1	2	3	4	5	0
9	Imobilizado e Extinção da Reavaliação (CPC 27)	1	2	3	4	5	0
10	Pagamentos baseados em ações (CPC 10 e ICPC 04 e 05)	1	2	3	4	5	0
11	Benefícios a Empregados (CPC 33)	1	2	3	4	5	0
12	Coligadas, Empreendimentos Conjuntos, Controladas e Consolidação (CPC 05, 18, 19, 35 e 36; ICPC 09)	1	2	3	4	5	0
13	Combinação de Negócios (CPC 15)	1	2	3	4	5	0
14	Instrumentos Financeiros (CPC 38, 39, 40; OCPC 03)	1	2	3	4	5	0

15	Ativo Biológico e Produto Agrícola (CPC 29)	1	2	3	4	5	0
16	Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)	1	2	3	4	5	0
17	Contratos de Construção (CPC 17, ICPC 02 e OCPC 01 e 04)	1	2	3	4	5	0
	Outro: Indique _____	1	2	3	4	5	0

17) Na sua opinião, qual o grau de entendimento dos analistas de mercado sobre os impactos da adoção do IFRS nas demonstrações financeiras das empresas?

1 (muito fraco) ... 5 (excelente) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

18) Se você respondeu 1 ou 2 no item anterior, a que você atribuiu essa falta de entendimento?

- a) Não conhecem as normas IFRS
- b) Conhecem as normas, mas as acha de difícil compreensão
- c) Conhecem e entendem as normas, mas as empresas não as evidenciam de forma adequada
- d) Não sei
- e) Não se aplica

19) A adoção do IFRS influenciou a maneira como você analisa e/ou decide seus investimentos?

- a) Não, de modo algum
- b) Sim, um pouco
- c) Sim, razoavelmente
- d) Sim, muito
- e) Não sei

20) Como a adoção do IFRS tem afetado suas análises e/ou decisões de investimentos? (Indique quantas opções considerar necessário)

- a) Eu analiso/invisto em países onde eu não havia investido anteriormente
- b) Eu analiso/invisto em setores em que eu não havia investido anteriormente
- c) Eu tenho retirado recursos de países onde eu não havia investido anteriormente

- d) Eu tenho retirado recursos de países em que eu havia investido anteriormente
- e) Eu confio mais nos relatórios financeiros do que antes
- f) Eu confio menos nos relatórios financeiros do que antes
- g) Eu me apoio mais em conversas com gestores de empresas do que antes
- h) Outro. Especifique _____

Custos e Benefícios do IFRS

21) De um modo geral, a adoção do IFRS melhorou o seu processo de avaliação das empresas?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

22) A adoção do IFRS influenciou o grau de acerto de suas previsões (*analyst forecasts*) sobre as empresas que você acompanha?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

23) Você acredita que o preço das ações das empresas que você analisa foi afetado pela introdução do IFRS?

1 (caiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (subiu muito) ... 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

24) Você acredita que o custo de capital das empresas que você analisa foi afetado pela introdução do IFRS?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

25) Indique seu grau de concordância sobre o efeito da adoção do IFRS no grau de julgamento (discricionariedade do contador).

1 (discordo fortemente) ... 5 (concordo fortemente) ... 0 (não sei)

1	O IFRS enseja maior grau de julgamento na prática contábil	1	2	3	4	5	0
2	Um maior grau de julgamento contribui para que a contabilidade seja mais flexível à realidade de cada empresa	1	2	3	4	5	0
3	O IFRS, ao permitir maior grau de julgamento, aumenta o risco de gerenciamento de resultados (ajuste contábil, mediante julgamento enviesado, eticamente questionável, mas que não infringe literalmente uma norma)	1	2	3	4	5	0
4	De modo geral, considerando riscos e benefícios, um maior grau de julgamento melhora a qualidade da informação contábil	1	2	3	4	5	0

26) Você observou um aumento na prática de gerenciamento de resultados (julgamentos enviesados ou maquiagem contábil) entre as empresas que você analisa após a introdução IFRS em comparação ao praticado sob a vigência das normas anteriores?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

27) Com base na sua experiência, qual o seu grau de concordância sobre os benefícios da adoção do IFRS para as empresas em geral?

1 (discordo fortemente) ... 5 (concordo fortemente) ... 0 (não sei)

1	Facilitou a comparação das demonstrações financeiras entre empresas do mesmo setor	1	2	3	4	5	0
2	Facilitou a comparação das demonstrações financeiras entre países	1	2	3	4	5	0
3	Facilitou a análise das demonstrações financeiras pelos acionistas e credores	1	2	3	4	5	0
4	Permitiu melhor flexibilidade contábil diante de condições específicas de cada empresa	1	2	3	4	5	0
5	A adoção do IFRS diminuiu a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado (<i>value relevance</i>) das empresas	1	2	3	4	5	0
6	O IFRS ensejou o reconhecimento mais tempestivo de perdas (conservadorismo condicional = <i>timely loss recognition</i>) pela contabilidade das empresas	1	2	3	4	5	0
7	Tornou as demonstrações financeiras mais confiáveis	1	2	3	4	5	0
8	Tornou as empresas mais transparentes	1	2	3	4	5	0
9	Melhorou a qualidade da evidenciação (disclosure) das informações nas Notas Explicativas	1	2	3	4	5	0

10	De modo geral, a adoção do IFRS melhorou a qualidade da informação contábil da minha empresa	1	2	3	4	5	0
11	Melhorou a maneira como as empresas gerenciam seu negócio	1	2	3	4	5	0
12	Contribuiu para diminuir o custo de acesso à informação pelos usuários	1	2	3	4	5	0
13	Contribuiu para diminuir a assimetria da informação entre gestores e acionistas	1	2	3	4	5	0
14	Contribuiu para diminuir a assimetria da informação entre gestores e credores	1	2	3	4	5	0
15	Contribuiu para aumentar a liquidez das ações no mercado	1	2	3	4	5	0
16	Contribuiu para reduzir o custo de capital das empresas	1	2	3	4	5	0
17	Contribuiu para melhorar a eficiência do mercado de capitais brasileiro	1	2	3	4	5	0
18	Tornou as empresas brasileiras mais competitivas no mercado internacional de capitais	1	2	3	4	5	0
19	Contribuiu para aumentar a mobilidade internacional de capitais	1	2	3	4	5	0

28) Você acha que os benefícios da adoção do IFRS para os analistas/investidores superaram seus custos?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

Considerações Finais

29) Que nota você atribui à qualidade da implementação do IFRS alcançada pela prática contábil das empresas brasileiras de capital aberto que você conhece?

1 (péssima) ... 5 (excelente) ... 0 (não sei)

1	Quanto ao reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas	1	2	3	4	5	0
2	Quanto ao grau de evidenciação de informações requeridas nas demonstrações financeiras principais (Balanço, DRE e Fluxo de Caixa)	1	2	3	4	5	0
3	Quanto ao grau de evidenciação de informações requeridas nas Notas Explicativas	1	2	3	4	5	0
4	Quanto à clareza das informações disponibilizadas nas Notas Explicativas	1	2	3	4	5	0

5	Quanto à utilidade para os usuários externos das informações disponibilizadas nas Notas Explicativas	1	2	3	4	5	0
6	Atribua uma nota geral para a qualidade da implantação do IFRS nas empresas que você conhece	1	2	3	4	5	0

30) Como você avalia a eficácia das ações dos reguladores (enforcement institucional) no sentido de garantir uma implementação de qualidade para o IFRS?

1 (péssima) ... 5 (excelente) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

31) Você acha que a adoção do IFRS aumentou a exigência de competência profissional para analisar as informações contábeis das empresas?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

32) Você acha que a adoção do IFRS ensejou um aumento no reconhecimento do papel do analista nas decisões de investimento?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

33) A partir da sua experiência, qual a sua contribuição ou sugestão para o aperfeiçoamento de uma ou mais normas do IFRS? _____

34) A partir de sua experiência, que ações você recomendaria para aperfeiçoar a implementação do IFRS no Brasil? _____

Caracterização da Empresa

35) As empresas que você investe e/ou que você analisa adotaram o full IFRS, pela primeira vez, nos relatórios de 2010 (publicados em 2011)?

- a) Sim
- b) Não. Especifique o ano _____

36) Qual das seguintes opções melhor descreve a maioria das empresas que você analisa e/ou nas quais investe?

- a) Analiso/invisto apenas em empresas listadas na BM&F Bovespa
- b) Analiso/invisto em empresas listadas na BM&F Bovespa e em bolsa internacional
- c) Analiso/invisto em empresas estrangeiras ligadas em bolsa de outros países, e não listadas na BM&F Bovespa
- d) Analiso/invisto em empresas fechadas

37) Com que frequência você analisa e/ou investe em empresas estrangeiras não listadas na BM&F Bovespa?

- a) Nunca analisei
- b) Analiso raramente
- c) Analiso frequentemente
- d) Analiso muito frequentemente

38) Identifique qual (is) dos setor(es) a seguir têm sido objeto de sua análise/investimento.

1	Agro e Pesca	11	Papel e Celulose
2	Alimentos e Bebidas	12	Petróleo e Gas
3	Comércio	13	Química
4	Construção	14	Siderurgia & Metalurgia
5	Eletroeletrônicos	15	Software e Dados
6	Energia Elétrica	16	Telecomunicações
7	Finanças e Seguros	17	Textil
8	Máquinas Industriais	18	Transporte e Serviços
9	Mineração	19	Veículos e peças
10	Minerais não Metálicos	20	Outro (Especifique) _____

39) Indique a faixa de receita anual da sua empresa/grupo. (Caso você não saiba exatamente o valor, por favor, estime-o)

- a) Acima de R\$ 5 bilhões
- b) Entre R\$ 3 bilhões e R\$ 5 bilhões
- c) Entre R\$ 1 bilhão e R\$ 3 bilhões
- d) Entre R\$ 600 milhões e R\$ 1 bilhão

- e) Entre R\$ 200 milhões e R\$ 600 milhões
- f) Inferior a R\$ 200 milhões

Questionário da Pesquisa para Membros do Conselho de Administração

Apresentação

1) Em que tipo de empresa você trabalha?

- a) Em uma firma de contabilidade
- b) Em uma firma de auditoria
- c) Em uma empresa gestora de ativos financeiros (investimentos)
- d) Em outra instituição financeira (banco múltiplo, crédito, seguro, etc.)
- e) Em outro tipo de negócio

2) Qual a sua atividade na empresa?

- a) Gerador da informação (preparação das Demonstrações Contábil-Financeiras)
- b) Auditor da informação (auditoria interna ou externa)
- c) Gestor de RI (relação com investidores)
- d) Membro do Conselho Fiscal ou de Administração
- e) Analista da informação (para analistas de Mercado de Capitais)

Caracterização do Respondente

3) De um modo geral, qual a sua percepção sobre a adoção do padrão contábil internacional no Brasil?

1 (muito desfavorável) ... 5 (muito favorável). 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

4) Você é membro do Conselho Fiscal da empresa?

- a) Sim
- b) Não

5) Indique o cargo que você ocupa: _____

6) Você achou difícil compreender os efeitos da adoção do IFRS nos relatórios da empresa na qual você atua?

1 (muito fácil) ... 5 (muito difícil) ... 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

7) Como você avalia o seu grau de conhecimento sobre as normas IFRS para o desempenho excelente de suas funções?

1 (muito fraco) ... 5 (excelente) ... 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

Comunicação com as Empresas

8) A sua empresa realizou uma apresentação aos conselheiros a fim de informá-los sobre as implicações da transição para o IFRS nas demonstrações financeiras da sua empresa?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

9) A sua empresa realizou uma apresentação aos investidores ou reuniu-se com eles a fim de informá-los sobre as implicações da transição para o IFRS nas demonstrações financeiras da empresa?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

10) Qual foi a reação dos investidores em relação à adoção do IFRS na sua empresa?

1 (muito desfavorável) ... 3 (nenhuma reação) ... 5 (muito favorável) ...

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

11) Na sua opinião, qual o grau de entendimento dos analistas de mercado sobre os impactos da adoção do IFRS nas demonstrações financeiras das empresas?

1 (muito fraco) ... 5 (excelente) ... 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

Impactos do IFRS sobre os Relatórios

12) Após a adoção do IFRS, tem sido mais fácil ou mais difícil analisar os resultados da sua empresa?

1 (muito mais fácil) ... 3 (não afetou) ... 5 (muito mais difícil) ... 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

13) Qual foi o impacto da adoção inicial do IFRS no resultado (lucro/prejuízo) reportado pela sua empresa?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

14) Na sua opinião, a adoção do IFRS melhorou ou piorou a representação da realidade econômica da sua empresa?

1 (piorou muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (melhorou muito) ... 0 (não sei)

1	2	3	4	5	0
---	---	---	---	---	---

15) A sua empresa usa a contabilidade conforme o IFRS em relatórios internos para fins gerenciais?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

16) Isso contribuiu para melhorar o processo de tomada de decisões na sua empresa?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

d) Minha empresa não utiliza a contabilidade conforme o IFRS para fins gerenciais

Custos e Benefícios do IFRS

17) Na sua opinião, a adoção do IFRS aumentou ou diminuiu o grau de acerto de previsões (*analyst forecasts*) dos analistas sobre a sua empresa?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

18) Você acredita que o preço da ação da sua empresa foi afetado pela introdução do IFRS?

1 (caiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (subiu muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

19) Você acredita que o custo de capital da sua empresa foi afetado pela introdução do IFRS?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

20) Indique seu grau de concordância sobre o efeito da adoção do IFRS no grau de julgamento (discricionariedade do contador).

1 (discordo fortemente) ... 5 (concordo fortemente) ... 0 (não sei)

1	O IFRS enseja maior grau de julgamento na prática contábil	1	2	3	4	5	0
2	Um maior grau de julgamento contribui para que a contabilidade seja mais flexível à realidade de cada empresa	1	2	3	4	5	0
3	O IFRS, ao permitir maior grau de julgamento, aumenta o risco de gerenciamento de resultados (ajuste contábil, mediante julgamento enviesado, eticamente questionável, mas que não infringe literalmente uma norma)	1	2	3	4	5	0
4	De modo geral, considerando riscos e benefícios, um maior grau de julgamento melhora a qualidade da informação contábil	1	2	3	4	5	0

21) Como a sua empresa toma decisões que envolvem julgamento contábil?

- a) Os julgamentos contábeis são decisão exclusiva do contador
- b) Os julgamentos contábeis envolvem informalmente outras áreas
- c) Existe um comitê que estabelece as políticas de julgamento contábil na empresa
- d) Outro. Especifique _____

22) Você observou um aumento na prática de gerenciamento de resultados (julgamentos enviesados ou maquiagem contábil) entre as empresas que você acompanha após a introdução IFRS em comparação ao praticado sob a vigência das normas anteriores?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

23) Com base na sua experiência, qual o seu grau de concordância sobre os benefícios da adoção do IFRS para as empresas em geral?

1 (discordo fortemente) ... 5 (concordo fortemente) ... 0 (não sei)

1	Facilitou a comparação das demonstrações financeiras entre empresas do mesmo setor	1	2	3	4	5	0
2	Facilitou a comparação das demonstrações financeiras entre países	1	2	3	4	5	0
3	Facilitou a análise das demonstrações financeiras pelos acionistas e credores	1	2	3	4	5	0
4	Permitiu melhor flexibilidade contábil diante de condições específicas de cada empresa	1	2	3	4	5	0
5	A adoção do IFRS diminuiu a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado (<i>value relevance</i>) das empresas	1	2	3	4	5	0
6	O IFRS ensejou o reconhecimento mais tempestivo de perdas (conservadorismo condicional = <i>timely loss recognition</i>) pela contabilidade das empresas	1	2	3	4	5	0
7	Tornou as demonstrações financeiras mais confiáveis	1	2	3	4	5	0
8	Tornou as empresas mais transparentes	1	2	3	4	5	0
9	Melhorou a qualidade da evidenciação (disclosure) das informações nas Notas Explicativas	1	2	3	4	5	0
10	De modo geral, a adoção do IFRS melhorou a qualidade da informação contábil da minha empresa	1	2	3	4	5	0

11	Melhorou a maneira como as empresas gerenciam seu negócio	1	2	3	4	5	0
12	Contribuiu para diminuir o custo de acesso à informação pelos usuários	1	2	3	4	5	0
13	Contribuiu para diminuir a assimetria da informação entre gestores e acionistas	1	2	3	4	5	0
14	Contribuiu para diminuir a assimetria da informação entre gestores e credores	1	2	3	4	5	0
15	Contribuiu para aumentar a liquidez das ações no mercado	1	2	3	4	5	0
16	Contribuiu para reduzir o custo de capital das empresas	1	2	3	4	5	0
17	Contribuiu para melhorar a eficiência do mercado de capitais brasileiro	1	2	3	4	5	0
18	Tornou as empresas brasileiras mais competitivas no mercado internacional de capitais	1	2	3	4	5	0
19	Contribuiu para aumentar a mobilidade internacional de capitais	1	2	3	4	5	0

24) Na sua empresa, você acha que os benefícios da adoção do IFRS para os analistas/investidores superaram seus custos?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

Considerações Finais

25) Que nota você atribui à qualidade da implementação do IFRS alcançada pela prática contábil das empresas brasileiras de capital aberto que você conhece?

1 (péssima) ... 5 (excelente) ... 0 (não sei)

1	Quanto ao reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas	1	2	3	4	5	0
2	Quanto ao grau de evidenciação de informações requeridas nas demonstrações financeiras principais (Balanço, DRE e Fluxo de Caixa)	1	2	3	4	5	0
3	Quanto ao grau de evidenciação de informações requeridas nas Notas Explicativas	1	2	3	4	5	0
4	Quanto à clareza das informações disponibilizadas nas Notas Explicativas	1	2	3	4	5	0

5	Quanto à utilidade para os usuários externos das informações disponibilizadas nas Notas Explicativas	1	2	3	4	5	0
6	Atribua uma nota geral para a qualidade da implantação do IFRS nas empresas que você conhece	1	2	3	4	5	0

26) Você acha que a adoção do IFRS aumentou a exigência de competência profissional para gerar as informações contábeis da sua empresa?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

27) Você acha que a adoção do IFRS aumentou o papel do Conselho da Administração na definição de políticas contábeis da empresa?

1 (diminuiu muito) ... 3 (não afetou) ... 5 (aumentou muito) ... 0 (não sei)

1 2 3 4 5 0

28) A partir da sua experiência, qual a sua contribuição ou sugestão para o aperfeiçoamento de uma ou mais normas do IFRS? _____

29) A partir de sua experiência, que ações você recomendaria para aperfeiçoar a implementação do IFRS no Brasil? _____

Caracterização da Empresa

30) A empresa na qual que atua adotou o full IFRS, pela primeira vez, nos relatórios de 2010 (publicados em 2011)?

- a) Sim
- b) Não. Especifique o ano _____

31) Qual das seguintes opções melhor descreve a organização na qual você atua?

- a) Listada apenas na BM&F Bovespa
- b) Listada na BM&F Bovespa e em bolsa norte-americana
- c) Listada na BM&F Bovespa e em outra bolsa internacional
- d) Listada apenas em bolsa internacional (norte-americana ou outra)
- e) Empresa fechada (não listada em bolsa)

32) Em que segmento da BM&F Bovespa a sua empresa está listada?

- a) Novo Mercado
- b) Nível 1
- c) Nível 2
- d) Mercado Tradicional
- e) Outro. Especifique _____

33) Identifique o setor industrial a que sua empresa pertence

1	Agro e Pesca	11	Papel e Celulose
2	Alimentos e Bebidas	12	Petróleo e Gas
3	Comércio	13	Química
4	Construção	14	Siderurgia & Metalurgia
5	Eletroeletrônicos	15	Software e Dados
6	Energia Elétrica	16	Telecomunicações
7	Finanças e Seguros	17	Textil
8	Máquinas Industriais	18	Transporte e Serviços
9	Mineração	19	Veículos e peças
10	Minerais não Metálicos	20	Outro (Especifique) _____

34) Quantos empregados há na sua empresa? (Caso não saiba exatamente o número, por favor, estime-o).

- a) Mais de 5.000 funcionários
- b) Entre 1.000 e 5.000 funcionários
- c) Entre 500 e 1.000 funcionários
- d) Menos de 500 funcionários

35) Indique a faixa de receita anual da sua empresa/grupo. (Caso você não saiba exatamente o valor, por favor, estime-o)

- a) Acima de R\$ 5 bilhões
- b) Entre R\$ 3 bilhões e R\$ 5 bilhões
- c) Entre R\$ 1 bilhão e R\$ 3 bilhões
- d) Entre R\$ 600 milhões e R\$ 1 bilhão
- e) Entre R\$ 200 milhões e R\$ 600 milhões
- f) Inferior a R\$ 200 milhões